

**ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
COIMBRA REALIZADA EM TRINTA DE
JUNHO DE DOIS MIL E OITO**

No dia trinta de Junho de dois mil e oito teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a terceira sessão ordinária de 2008 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1-Intervenção do Presidente da Câmara;

Ponto 2-Prorrogação das Medidas Preventivas-Plano de Urbanização de Lordemão;

Ponto 3-Coimbra Inovação Parque-Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia, Saúde, S.A. - Aumento de capital social.

Adenda

-Qualifica-proposta de adesão da CMC à Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses.

-Concurso para concepção, construção e concessão de exploração do Complexo Funerário Municipal de Coimbra.

-Juizes Sociais.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD-PSD-CDS-PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, António Alberto Maló de Abreu, Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz, Vasco Jorge Antunes da Cunha, João Manuel de Serpa Oliva, Luís Miguel Lopes Correia, António Moisés Geraldês da Silva, João Francisco Lencastre Campos, Ricardo José Jesus Cândido, João Paulo Barbosa de Melo, Maria Helena Brandão Moura Ramos, Paulo da Cunha Almeida e Fausto António Saraiva Santos.

Faltou justificadamente o deputado municipal Francisco José Batista Veiga.

Presidentes de Junta:

Victor Manuel Martins Costa, Maria Palmira Pedro, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Ângelo Mendes Dias, Lino Gomes Branquinho Trovão, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, José Gomes Murta, Ilídio Soares dos Santos Travassos, Antonino Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Manuel Mateus da Cruz Pimenta, João Oliveira Torres Pardal, José Maria Barroca, Ricardo Luís Rodrigues e Artur Jorge de Almeida da Cunha Ferreira.

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

António Reis Marques, José Augusto Brito Xavier, Carlos Manuel Dias Cidade, Mário Manuel Teixeira Ruivo, Manuel Cenrada Guinapo, Carla Andrea dos Reis Violante, José Manuel Ferreira da Silva e Luís Santarino Fernandes.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Filipe Manuel Monteiro Vaz, Alfredo Manuel de Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Arménio Nabo Ferraz, Jorge Manuel Costa Veloso, Júlio Gaspar das Neves, José António Oliveira Cortesão e António Fausto Gomes Matos.

Faltaram justificadamente os deputados Isabel Maria Nobre Vargues, Abílio Vassalo Abreu e Maria Ângela Duarte Pinto Correia.

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Fernando Jaime Alves Martinho, João Carlos Tavares Pinto Ângelo, Margarida Maria Rodrigues Viegas, Isabel Margarida da Silva Luís Fonseca e José Miguel Pacheco Gonçalves.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Carlos Alberto de Sousa Ferreira, Victor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e António Manuel Teles Cardoso.

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

Serafim José Santos Duarte e Maria Manuela Nobre Rodrigues.

Independente:

Maria Reina Martin Pimpão.

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

Além do Presidente da Câmara, Carlos Manuel Sousa Encarnação estiveram presentes os vereadores João José Nogueira Gomes Rebelo, Marcelo Nuno Gonçalves Pereira, Luís Nuno Ranito da Costa Providência, Mário Mendes Nunes e Álvaro Santos Carvalho Seco.

MESA:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por José Augusto Brito Xavier, como Primeiro Secretário e Margarida Rodrigues Viegas, como Segunda Secretária.

O Presidente da Assembleia abriu a sessão quando eram quinze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

-Deputado municipal, Carlos Alberto Nunes da Silva pelo período de 10 dias com início a 27 do corrente mês.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foi eleito (PSD/CDS/PP) na coligação “Por Coimbra” na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, Fausto António Saraiva Santos.

-Deputado municipal, João Manuel Brás Tralhão pelo período de 10 dias com início a 25 de Junho;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos da lista pelo partido pelo qual foi eleito (PS) “Partido Socialista”, na lista

aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se disponibilizado Luís Santarino Fernandes.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, foram

apresentados à Mesa da Assembleia Municipal requerimentos visando a representação dos seguintes Presidentes de Juntas de Freguesia:

Sé Nova – representado pelo secretário Manuel Mateus da Cruz Pimenta;

Santo António dos Olivais – representado pelo secretário José Marques Gomes Murta;

S. Martinho de Árvore – representado por um vogal Ilídio Soares dos Santos Travassos;

Eiras – representado pelo secretário Ângelo Mendes Dias.

Atendimento aos Municípios

Maria Vitália dos Santos

“O meu nome é Maria Vitália dos Santos Ferreira e resido na Rua Padre António Vieira, nº2, r/c, 3000-315, em Coimbra.

Moro em frente à entrada principal da Associação Académica de Coimbra.

Em Setembro de 2006 a firma “In Tocha” arrendou um espaço no r/c do complexo da Associação Académica de Coimbra e começou a funcionar como Bar, até às horas que lhes apetecia, quase sempre até às 6 horas da manhã.

A partir de Setembro de 2006, o nosso direito ao repouso, à tranquilidade e ao sono foi espezinhado quase diariamente. Na minha própria casa, nunca mais consegui dormir uma noite completa.

O alvará concedido para aquele espaço tem a data de 21/11/2007, portanto, aquele espaço, integrado no complexo da Associação Académica de Coimbra, esteve a funcionar ilegalmente entre Setembro de 2006 e Novembro de 2007. Sempre pensei que a Associação Académica de Coimbra não pactuava com ilegalidades.

Esse alvará nº.600/2007, que eu defino como o “Alvará da Insónia” estabelece uma capacidade máxima específica de 100 pessoas. Isto é, o BAARC não pode ser considerado um pequeno estabelecimento de restauração.

No dia 14 de Janeiro de 2008, na reunião Ordinária da Câmara Municipal de Coimbra, o Senhor Presidente, prometeu-me que iria reduzir o horário de funcionamento do Bar da Associação Académica de Coimbra para as 2 horas.

No dia 11 de Abril de 2008, foi afixado o horário de funcionamento do BAAC, com encerramento as 4 horas.

No dia 12 de Maio de 2008, voltei a intervir na reunião ordinária da Câmara Municipal de Coimbra e disse tudo o que me ia na alma.

Um Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 13/3/86 estipula que: “O lar de cada um é o local normal de retempero das forças físicas e anímicas desgastadas pela vivência no seio da comunidade, mormente nos grandes centros urbanos”.

O Plano Director Municipal enquadra a Rua Padre António Vieira e a Av. Sá da Bandeira como zona habitacional.

O artº 3 do Decreto-Lei nº9/2007, de 17 de Janeiro, entende por “zona sensível” a área definida em plano municipal de ordenamento do território como vocacionada para uso habitacional, podendo conter pequenas unidades de comércio e de serviços destinados a servir a população local, tais como

cafés e outros estabelecimentos de restauração, papelarias e outros estabelecimentos de comércio tradicional, sem funcionamento no período nocturno, isto é, sem funcionamento entre as 23 e as 7 horas.

Mas, hoje não estou aqui para fazer história do processo, que é longa, mas estou aqui para denunciar alguns actos do executivo camarário que lesam fortemente os direitos dos munícipes:

1-Sendo uma zona residencial e tendo a Câmara Municipal de Coimbra conhecimento das minhas queixas (no contencioso existem mais de duas dezenas de processos de contra-ordenação contra o BAAC, por excesso de ruído), como é que autoriza e pactua diariamente com estes atentados aos meus direitos?

2-Depois de me ter prometido que iria ser reduzido o horário de funcionamento do BAAC, o processo foi mal conduzido por parte da Câmara Municipal de Coimbra, o que serviu de argumento ao pedido de nulidade interposto pela AAC e à consequente manutenção do horário até às 4 horas.

Porque é que hei-de ser eu a sofrer as consequências do mau funcionamento de alguns serviços camarários, incluindo a fiscalização?

3-A Rua Padre António Vieira faz parte da zona habitacional, o que à luz do Regulamento Geral do Ruído, confere aos moradores direitos que não concede a qualquer bar. Assim, se alguém tem que sair dali é o BAAC. Eu, pessoalmente nunca sairei! Também nunca abdicarei dos meus direitos.

4-O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Sé Nova, Sr. Dr. Hélder, quando questionado, por mim, sobre a resposta ao pedido da Câmara Municipal de Coimbra, acerca da redução do horário de funcionamento do BAAC, disse-me duas vezes que não tinha recebido nenhum pedido. Tendo aqui uma cópia do aviso de recepção. Mas, para além deste mal entendido, quero transmitir-lhe que me senti profundamente humilhada quando me sugeriu “PARA SAIR DALI, NEM QUE TIVESSE QUE IR PARA DEBAIXO DA PONTE”. O abaixo-assinado que circulou pelos moradores da zona tem mais de 70 assinaturas e não haverá lugar para tanta gente honesta debaixo da ponte.

5-Não estando o BAAC, nem a própria AAC acima da Lei, como é que esta última pode solicitar por ofício timbrado com o logótipo da Queima das Fitas, à Câmara Municipal de Coimbra que a Polícia Municipal “feche os olhos” aos estacionamento irregulares das viaturas, durante o período da Festa da Queima das Fitas? A lei suspende-se a pedido dos infractores?

6-Como é que o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, que sabe perfeitamente que a lei não se suspende a pedido de quem quer que seja, pode enviar um ofício ao Senhor Comandante da Polícia Municipal a solicitar que os agentes daquele organismo “fechem os olhos” às irregularidades de estacionamento cometidas pelas viaturas da Associação Académica de Coimbra, durante o período da Festa da Queima das Fitas? A verdade é que nesses dias nunca vi por lá qualquer fiscalização dos agentes da Polícia Municipal.

7-Já que se fala em “fechar os olhos”, como é que ninguém da fiscalização da Câmara Municipal de Coimbra vê que a fachada do prédio onde está instalado o Bar Xuven foi modificado. Havia 5 entidades interessadas naquele espaço, nomeadamente uma agência bancária, um pronto-a-vestir e a Casa do Benfica. Os serviços competentes da Câmara Municipal de Coimbra informaram todos os interessados, que não era permitido alterar a fachada dos prédios da

Avenida Sá da Bandeira. A altura das janelas foi aumentada, foi aberta uma porta para a Avenida Sá da Bandeira e, hoje funciona lá o “Bar Xuven”, cuja música, por vezes, se ouve na Praça da República.

8Estou a denunciar situações graves e espero que tenham consequências a nível interno. Se tal não acontecer, reservo-me o direito de fazê-las chegar ao conhecimento da Inspeção-Geral da Administração do Território e ao Ministério Público.

Tenho dito. Muito obrigado!”

Maria Augusta Fonseca Candeias

“Moro na Avenida Sá da Bandeira, nº108 e venho reclamar o meu direito ao descanso nocturno, à prevenção do ruído, e vista a salvaguarda da saúde humana e vem estar da saúde dos cidadãos. Para mim que há dois anos fui operada, a última há dois meses e meio, se quero descansar tenho de tomar comprimidos para conseguir descansar alguns minutos.

Já moro há 34anos, e desde sempre era uma Avenida sossegada, é certo que durante a queima, não sou contra, a cafés e bares, mas nunca transformados em discotecas até muitas vezes às 5,30 da manhã, já tenho telefonado para a polícia a pedir ajuda, quando a policia chega, ele baixam o som, mas depois volta tudo ao mesmo.

Como é possível dar licença para bares nocturnos, numa zona habitacional?

Para que se fazem decretos, se depois não são cumpridos?

O regulamento diz que só é permitido cafés, papelarias e comércio tradicional, em funcionamento no período nocturno.

No Diário de Coimbra do dia 26 de Junho vinha um artigo, da Ministra da Saúde, a defender regras mais apertadas na comercialização de bebidas alcoólicas, e dizendo que Coimbra têm tradição nos pergaminhos do álcool.

Ora se os bares não estivessem abertos até de manhã, não se consumia tanto álcool. Raparigas jovens bêbadas, parece uma romaria de bares para bares, a ouvir-se palavras indecentes, acções despropositadas, isto é uma vergonha. Coimbra que deveria ser o espelho, em vez de ser a Av. Sá da Bandeira já é falada a Avenida dos Bares. É uma pena porque Coimbra não merece.”

Intervenção do Presidente da Câmara:

"As duas questões expostas, no fundo é a mesma que é a questão da Associação Académica.

Já recebi uma das senhoras, duas vezes na Câmara Municipal, já lhe expliquei na segunda vez, o que aconteceu, perante todos os senhores vereadores, e os senhores jornalistas sabem, o que aconteceu.

É um processo na verdade que está em licenciamento, houve queixas em relação ao ruído, as queixas do ruído não são propriamente dentro do edifício da Associação Académica, são cá fora, são na rua, é isso que perturba mais as pessoas, não é lá dentro.

Do ponto de vista da intervenção da Câmara, o que foi feito foi uma redução do horário de abertura, foi notificada a Associação Académica, a Associação Académica recorreu da deliberação da Câmara, por um vício processual que invocou, nesta altura está em apreciação outra vez, o pedido da Associação Académica e evidentemente que tem de ser mantido o horário que estava declarado de início, porque havendo um vício processual não se pode alterar, e nesta altura está a decorrer o processo de licenciamento outra vez.

A questão principal que se coloca, não é uma questão que se coloque no interior da Associação Académica, é uma questão que se coloca no exterior da Associação Académica. É o conjunto das pessoas que estão cá fora que fazem barulho junto das casas e aí a solução não pode ser da Câmara, tem de ser da Polícia de Segurança Pública, a Polícia de Segurança Pública, é que tem que intervir e tem que evitar que as aglomerações de pessoas prejudiquem o trânsito como às vezes prejudicam e a comodidade das pessoas que vivem lá perto. Portanto o que nós temos para dizer, é só isto.”

Período Antes da Ordem do Dia

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Viegas:

“Quem vem do outro mandato, conhece-me por aquele tom que dava das cartas da madrinha de guerra. Devem-se lembrar disso.

As coisas têm corrido bem, tenho sido correspondido e um combatente com cartas de madrinha de guerra, dá respostas à carta feita por madrinha de guerra faz subir um pouco o ego.

Este ano as coisas já não se estão a passar muito bem, e daí tenha vindo para intervir para dizer um pouco mal da Câmara.

Tenho aqui, são 11 cartas que dirigi à Câmara Municipal de Coimbra, cada uma com assuntos muito concretos. Não só, não se fez nada daquilo que eu referia nestas cartas, como não houve uma resposta.

Em contacto que tenho tido com as senhoras engenheiras que apoiam as freguesias, dizem que existe um caderno de encargos, e esse caderno de encargos prevê e foi definido para distribuir pelas Juntas de Freguesia por igual alguns trabalhos feitos pela Câmara. Devem estar a cair trabalhos, noutra junta de freguesia, porque na Junta de Freguesia de Castelo Viegas estamos já a entrar no segundo semestre do ano 2008, não foi, ainda, feito nenhum trabalho em Castelo Viegas por parte da Câmara. Portanto era bom que os responsáveis vissem a quem é que está a cair os trabalhos que pela lógica dessa distribuição não está a ser feita.

Era essencialmente isso que queria dizer, porque, recuperando as brincadeiras que vinha tendo no outro mandato, as coisas estão perfeitamente actuais é que os combatentes que são os Presidentes de Juntas, quando andam com o ego em baixo, precisam que esse ego seja levantado e se realmente não há madrinhas de guerra que levantem o ego, e essa missão das madrinhas de guerra é fazer alguma coisa pelas populações porque senão, nós acabamos por desmoralizar e ficarmos tristes.

Sei que havia só um corta silvas, agora há dois. A Câmara aceitou as Estradas 1102 e 1103, são grandes extensões de estrada; quem tem que limpar? tem de ser a Junta de Freguesia com dois homens que tem à segunda, quarta e sexta, com máquinas roçadeiras, quando com o corta silvas aquilo é feito de repente, somando-se agora, já o disse no Protecção Civil, na prevenção que se pretende aos incêndios os taludes à beira da estrada é fundamental que estejam limpos, porque as piriscas mandadas para as valetas, de certeza que trazem incêndio. Os Sapadores de Bombeiros não estão longe, resta essa vantagem para a Junta de Freguesia de Castelo Viegas, uma vez que a junta não foi contemplada com o Kit de intervenção em exemplo de outra que o foram e se calhar menos carênciadas.

Também queria dizer ao senhor vereador Luís Previdência que tem tido sempre da Junta de Freguesia de Castelo Viegas o apoio de que tem necessitado. O Sr. vereador pede e nós sabemos corresponder e voltaremos sempre a corresponder que é essa a nossa missão. Acontece que, eu pessoalmente já começo a estar um pouco cansado e desacreditado pelas promessas que tem feito o Departamento do Desporto. Há um ano, demos uma grande ajuda aos luso-descendentes, a Câmara comprou, na altura, 100 bicicletas, algumas seriam distribuídas pelas juntas de freguesia, ainda continuamos a andar a pé porque as bicicletas não foram parar a Castelo Viegas. Há um Parque que já é falado há muito tempo, fizemos agora o BTT com todo o empenho, disseram que ia lá uma pessoa para estudar connosco um local para esse Parque Infantil. Até hoje ainda não apareceu! Estamos a um ano do mandato terminar e senhor vereador que tem dito que realmente Castelo Viegas ainda não tem levado nada do Departamento do Desporto, está na hora de levarmos para aquela terra qualquer coisa que seja um marco a toda a sua boa actuação no pelouro do desporto.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Almalaguês

“Em nome da Freguesia de Almalaguês, dois assuntos que me trazem aqui hoje e que queria partilhar convosco. Um bom e um mau!

Vou começar pelo mau para ver se acabamos melhor.

O mau, já o Carlos Ferreira afloreou parte daquilo que eu queria falar. Tem a ver com os Kit's de Combate aos Incêndios. Li, hoje de manhã no Diário das Beiras, que tinham sido feitas umas actuações do pessoal das juntas de freguesia a quem tinham sido entregues os Kit's e fui confrontado na última Assembleia de Freguesia pelos colegas do PS, porque é que Almalaguês sendo uma freguesia a mais distante e em maior em área, com uma área florestal imensa e situada no canto sul do concelho de Coimbra, porque é que a Junta de Freguesia de Almalaguês não tinha sido contemplada com um dos Kit's. E mais. O Sr. António Vaz, disse na Assembleia de Freguesia que tinha confrontado alguém da Protecção Civil, que lhe tinha dito que não aconteceu porque a Junta de Freguesia não soube gerir as necessárias influências. Isso a mim preocupou-me! Preocupou-me porque esta não é na minha perspectiva uma questão de gerir nem de se tratar de influências. Como Presidente de Junta preocupado com a minha freguesia, pergunto-me às vezes porque é que, nomeadamente o meu amigo Ferraz, com um quartel de Bombeiros em Brasfemes, conseguiu que lhe fosse atribuído um Kit de Combate a Incêndios. Não consigo entender, provavelmente, todas as razões, porque há um problema e os bombeiros estão lá.

Em Almalaguês há um problema, nós temos uma percentagem enormíssima de bombeiros sapadores que são da freguesia de Almalaguês, mas esses são os primeiros a dizer aos moradores que a freguesia não concorreu ao Kit. Isso é falso, e alguém tem andado a passar mentiras. Só que não lhe foi atribuído. O meu problema, a minha forma de ter que responder na Assembleia de Freguesia aos eleitores da Freguesia de Almalaguês e aos seus moradores, eu preciso obviamente de saber porquê, que motivos é que estiveram na origem da não atribuição à Freguesia de Almalaguês, do Kit de combate a incêndios. O segundo motivo que me traz aqui, em nome da freguesia de Almalaguês é um motivo bom. É que no próximo domingo dia 6 de Julho, vai ser inaugurado o saneamento básico na Freguesia. Isso é uma profunda alegria para os

moradores, é uma freguesia enorme, composta de 27 lugares, merecerem há muitos anos o benefício de terem as mesmas condições de acesso à saúde, de acesso às condições de cidadania que todos temos, e felizmente vamos agora inaugurar a Etar da Ribeira de Carpinteiros, e vamos agora inaugurar o saneamento nos lugares de Almalaguês, Anaguéis, Carpinteiros, Matos, Vale Cabras e dos Cartaxos. Ficam então, ainda de fora, 21 lugares da Freguesia de Almalaguês. Era isso que queria deixar aqui, estamos muito felizes porque uma Câmara Municipal, porque um Presidente da Câmara Municipal, porque o poder político que começou a olhar com frontalidade, com verticalidade, com uma postura própria dos políticos para a Freguesia de Almalaguês, isso honra-nos e por isso queria convidar-vos a todos, para no próximo domingo, a partir das 16h30 fazerem-nos companhia, com a vossa presença poderem testemunhar a inauguração dos primeiros 6 dos 21 lugares da Freguesia de Almalaguês.”

Intervenção da deputada municipal Maria Reina (Indep):

“Quero congratular-me com a aprovação da Carta Educativa de Coimbra. Efectivamente depois de uma série de dificuldades, parece que a Câmara Municipal de Coimbra e o concelho de Coimbra viu aprovada a sua Carta Educativa. É um instrumento de planeamento importantíssimo para o concelho, é um instrumento de planeamento para a educação que esperamos que a sua aprovação não seja só mais um, para ficar, e que efectivamente o Executivo Camarário e quem detém este pelouro consiga de alguma forma desenvolver as falhas que nós temos a nível da educação.

Mas, além de dar os parabéns, fui daquelas pessoas em que não votei, na última Assembleia a Carta Educativa, dizer que ainda bem que fui eu que me enganei, além de dar os parabéns, dizia eu, queria também colocar uma questão, e coloco-a se existir aqui nesta Assembleia Municipal, alguém de direito ou alguém que queira efectivamente responder. Quando coloco uma questão na Assembleia Municipal, faço-a a quem tem obrigação de dar essas respostas aos deputados municipais. O facto de não obter resposta, a mim pessoalmente não me minimiza em nada, não considero que seja uma situação de desrespeito pela minha pessoa, mas considero sim, que efectivamente é um desrespeito total, um abuso pelas pessoas que fazem parte deste órgão, mas as atitudes ficam com quem as toma, os outros aqui ficamos.

Coloquei várias vezes e fi-lo de forma formal, está na acta que todos não temos na nossa documentação do dia 29 de Fevereiro, quero saber porque acho que é um direito, como deputada municipal e como munícipe de Coimbra, que custos teve, ou não teve, a alteração e todo o prolongamento da aprovação desta Carta Educativa. Levantei essa questão formalmente na Assembleia de 29 de Fevereiro, e na última Assembleia de Abril entreguei um requerimento ao Sr. Presidente da Câmara, para saber se efectivamente a resposta me seria dada. Aguardo ainda essa resposta. Como digo não a tomo como nada pessoal, porque não estamos aqui num plano pessoal, não estamos aqui numa conversa de amigos, tomo-a sim, como uma consideração ou desconsideração para um Órgão que afinal é um órgão fiscalizador deste Município.

Por último, deixo esta pergunta no ar, tenho lido algumas coisas sobre a Metro-Mondego, e gostaria efectivamente de saber, se o executivo camarário quer ou não a construção do Metro-Mondego.

Parece-nos que estamos sempre em enrolar, parece que estamos à espera daquele momento oportuno das eleições provavelmente ou do aproximar delas, para depois se ver como andam as coisas, e nós dizermos, temos porque somos muito bons, fizemos, não temos porque alguém que não é da nossa responsabilidade, porque o governo, porque terceiros, não quiseram o Metro-Mondego.

Acho que chegou o momento de, claramente nos explicarem qual é o projecto que o executivo camarário tem, qual é o projecto que o executivo camarário quer e porque é que o quer está no seu direito de decidir como quer, mas também tem a obrigação e o direito de dizer aos munícipes de Coimbra, muito mais hoje em dia quando a questão dos transportes é fundamental, o que é que afinal se quer ou não para a Cidade.

São apenas estas duas questões, que eu deixo, não dirigidas a ninguém em especial, mas a alguém que as quiser responder.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes:

"De 7 a 10 deste mês, surgiu as comemorações do dia da Freguesia e a 7ª feira Gastronómica de Brasfemes. Fazêmo-lo todos os anos, com dedicação, determinação e sabemos que, de ano para ano, vem crescendo o número de pessoas a participarem com as tasquinhas, e vem crescendo o número de pessoas a visitar Brasfemes. Para isso, e para que o programa fosse mais rico, fizemos para além do encontro de Folclore que já não se fazia há anos, fizemos um encontro de fanfarras que envolveu 11 fanfarras de bombeiros. Tivemos o cuidado de atempadamente solicitar à Câmara Municipal, mais concretamente ao Sr. vereador do Desporto a autorização para a cedência da bancada, já o tínhamos feito há uns anos atrás, foi confirmado por escrito. Por causalidade dois dias antes do início da feira cruzei-me com o Sr. vereador, perguntou-me se estava satisfeito eu disse que sim, mas sugeriu um contratempo. Já foram formuladas as desculpas por escrito e verbais mas não limpa a imagem que a Junta de Freguesia teve para com os seus munícipes, garantiu que ia estar na bancada e não esteve. Isto não pode ser feito com esta ligeireza toda. Quero marcar aqui e que fique em acta, que estas coisas têm de ter o seu cuidado, com todo o respeito que a nossa equipa de futebol estava a desfrutar o seu jogo, e com toda a boa vontade que o Sr. vereador tentou mostrar aos munícipes de Coimbra num painel gigante e a montagem da sua bancada, acredito que tenha sido para esse efeito, mas diria eu, com todo o respeito que merece a selecção nacional, não é mais importante do que o trabalho que tivemos, não é mais importante do que o desfile das fanfarras em Brasfemes. Para tomarem consciência da dimensão que foi aquele encontro, eram 10 cooperações de bombeiros, tinham 300 elementos a desfilar, tinham milhares de pessoas a assistir e portanto, há que ter cuidado nestes pormenores e não deixar para segundo plano, uma coisa que se calhar para nós é de primeira.

Relacionado ainda com a 7ª Feira Gastronómica em Brasfemes, e ao exemplo das Tasquinhas da Ribeira, a Feira de Artesanato em Ceira, em S, Martinho do Bispo, nós já temos alguma experiência nisto, nós Presidentes de Junta quem está ligado a este tipo de eventos. É apenas uma ajuda, se da minha parte algum contributo que eu possa dar, eu confrange-me a CIC, a Feira Industrial de Coimbra, está num local extraordinário, penso que não haverá melhor, para

desenvolver aquela actividade tem 150 expositores. Veio o Secretário de Estado, o Governador Civil o Presidente da Câmara, Vereadores, Presidentes de Junta, Presidente de Instituições, no primeiro dia da inauguração foi qualquer coisa de extraordinário, mas é degradante nos dias seguintes, porque eu visitei a CIC, várias vezes, tenho a noção e desafio, acho que o Sr. Presidente da Câmara deveria fazer isso, qual foi na realidade o número de entradas na CIC. É que eu garanto que Brasfemes e Ribeira de Frades, concerteza nas suas feiras Gastronómicas tiveram muito mais pessoas do que a CIC. E têm-no por um motivo muito simples, é que as pessoas tem em que associar sempre a este tipo de eventos a animação, porque se não houver animação as pessoas não vão.Se foi feita alguma animação na CIC, ela foi inadequada! Portanto em termos de vida, que se devia ter dado, isto não é uma critica apenas um reparo, que pode eventualmente o Sr. Presidente transmitir à Direcção da CIC, que não nos fica bem na fotografia, pelo local que é devíamos ter outro tipo de animação para assim podermos ter muito mais pessoas, a aderirem mais aquele local.

Queria ainda no âmbito da Feira Gastronómica, agradecer ao Sr. Presidente da Câmara a sua presença, enriqueceu a tribuna de honra, onde estive o Sr. Governador Civil, os Comandantes das várias Cooperações os Presidentes de todas as Instituições da Freguesia, acho que nos ajudou muito a dignificar a nossa feira.

Mas é de obras também que queria aqui fazer um pedido, se fosse possível, quando o Sr. Presidente usasse da palavra, quando é que a Câmara está em condições de transferir a verba que está em orçamento para a Casa da Freguesia, para os Bombeiros.

E outra questão que me deixa aqui, e foi quase a razão principal de intervir, é a questão das obras na EB/1, de Brasfemes.

Estão estipulados 75mil euros para 2008, e 125 mil para 2009. O refeitório Sr. Presidente, foi objecto do encerramento do ano escolar, as Professoras desde o ensino Pré-Escolar ao Ensino Básico, apostaram todas no mesmo tema, “ratos”, exactamente para lhe dar uma ideia de como está o nosso refeitório.

Lancei na última Assembleia, um repto ao Sr. Presidente da Câmara, no sentido de se poder ultrapassar este problema; já que o projecto está executado, podíamos muito bem fazer aqui um acordo de transferência da verba para a Junta de Freguesia de Brasfemes e nós fazíamos a obra por administração directa. A proposta mantém-se de pé, porque não acredito, aos passos que tem que levar este tipo de encaminhamento de obra, não acredito que em Setembro, os alunos tenham o refeitório pronto.

Portanto, resolvemos o problema dos meninos, dos pais dos meninos, da junta de freguesia, e da Câmara, mantém-se de pé a proposta que fiz. Se a Câmara estiver interessada, a Junta de Freguesia pode fazer essa obra para administração directa.”

Intervenção do deputado municipal Pignatelli Queiroz “Por Coimbra”:

“Em primeiro lugar, para efectivamente me congratular, suponho que todos nos congratulamos, por dois acontecimentos que reconheceram o justo mérito de duas pessoas da nossa terra.

Anteontem, foi a vez do Sr. João Fernandes, ao longo dos anos ao serviço da comunidade e sempre no Inatel, sempre com aquela alegria e pujança que toda a gente conhece.

Ontem, foi consagrado uma pessoa da nossa terra como Bispo Auxiliar do Porto, D. João Lavrador.

Uma questão que me deixou preocupado foi uma notícia do jornal por causa do Metropolitano, que iria ser posta a Estátua do Papa debaixo de um Arco do Jardim.

Sei que há algumas minorias neste País que gostariam de ver era lá no fundo metido no subterrâneo do metropolitano, sei que o metropolitano ali vai passar por baixo. Na verdade, eu sempre me insurgi contra a implantação da estátua do Papa naquele sítio, deveria ser noutro sítio. Gostaria de saber se está prevista a retirada da estátua do Papa João Paulo II, e se, de facto, não é para debaixo de um arco, mas sim para se aproveitar agora a ocasião para se lhe dar um espaço livre e um espaço moderno como ele apreciaria e desejaria.

Penultimamente, se fiquei muito satisfeito e contente por um lado, que graças à influência também da Universidade de Coimbra, Coimbra, mais uma vez, vai ser proposta a Património da UNESCO. A verdade é que foi extremamente frustrada porque uma já sabia a outra não. Em 1992 houve uma proposta idêntica apresentada pela Directora do Museu Nacional Machado de Castro, e alguns anos mais tarde, foi aprovada aqui nesta Assembleia Municipal, por unanimidade, e depois de duas correções propostas, daqui de dentro, foi aprovada a candidatura de Coimbra a Património Mundial. Até hoje, pergunto Sr. Presidente da Câmara, porque já foi há uns anos, onde é que está o processo, será que desapareceu, foi co-incinerado como o celebre processo que foi encarcerado no cofre do então Ministro da Justiça, o processo do regicídio.

E finalmente em relação ao problema exposto por uma senhora munícipe, o Sr. Presidente da Câmara já deu a resposta ao problema do barulho, não vem da parte de dentro do bar esse barulho é de fora, e há muitos barulhos, cá fora que têm de ser efectivamente debelados, queria lembrar e para terminar este propósito, que aqui há uns anos quando expus este mesmo problema aqui na Assembleia Municipal, logo no dia seguinte veio um artigo num jornal, a dizer que estava em curso uma acção, a colocar-me no banco dos réus porque estava a difamar os bares e as discotecas.”

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês “Por Coimbra”:

“O que me trás aqui hoje, concretamente, é uma preocupação. Preocupação que atravessa todos os nossos espíritos, a questão do aumento progressivo do petróleo com consequências nefastas no preço do gasóleo e naturalmente na bolsa de todos nós.

Mas, concretamente neste aspecto esta situação, de facto, reflecte-se em algo que também já foi discutido na Assembleia que tem a ver com a questão, que nos diz também respeito a nós munícipes, cidadãos de Coimbra, e especialmente pessoas responsáveis e, de alguma forma, dar voz às preocupações dos nossos cidadãos, daqueles que nos elegeram, que é a questão dos Transportes Colectivos de Coimbra. Os transportes em relação aos quais já aqui algumas vozes se levantaram, pelo tratamento discriminatório do Governo quanto aos subsídios em relação à Carris de Lisboa e aos Transportes Colectivos do Porto. E são verbas absolutamente

consideradas, de muitos milhões, verbas que de alguma forma minimizam os efeitos, aqueles efeitos que são complicados, e graves em relação à gestão dos Serviços Municipalizados de Coimbra, que conforme todos nós já reconhecemos que têm tido uma gestão eficaz, uma gestão que já foi aqui enaltecida nesta Assembleia.

Os Serviços Municipalizados têm respondido às necessidades do concelho, têm de alguma forma aumentado a sua rede diária, que correspondeu ao aumento das necessidades, onde hoje já se conta, pelo menos relativamente ao último relatório, a mais de 27 milhões de situações proporcionadas em matéria de transporte, que satisfaz e abrange mais de 20 freguesias no total mais de 120 mil pessoas e de alguma forma também chega e satisfaz as necessidades de outras 40 mil das freguesias limítrofes em relação ao concelho. Sabemos hoje que, os custos de alguma forma irão resultar do acréscimo do gasóleo, irão ter consequências bastantes preocupantes na conta de exploração dos Serviços Municipalizados de Coimbra. Temos conhecimento que, de acordo com as melhores perspectivas, pelo menos cerca de 450 mil euros, irão crescer aos custos que, estavam previstos no início do ano. Esse acréscimo é bastante considerável, é violento, que vai reflectir-se concerteza, nas bolsas dos nossos concidadãos, cerca de 12,1% em relação àquilo que os Serviços Municipalizados de Coimbra não têm alternativa se efectivamente não tiverem algumas ajudas por parte da Administração Central. E se não fosse os subsídios à exploração que esta Câmara Municipal, tem com os quais esta Câmara Municipal, tem contribuído naturalmente que a situação dos SMTUC seriam e estariam numa situação muito pior.

Tivemos conhecimento que a Sra. Secretária dos Transportes, de alguma forma se dirigiu a vários municípios e pediu no sentido de suavizar as consequências resultantes do aumento do gasóleo, no sentido de congelar os passes, os títulos de transportes, ao nível dos operadores dos transportes públicos

Depois de estar tudo esclarecido sobre a carta educativa, ainda alguém vem para os jornais continuar a falar deste tema. Ainda por cima, é alguém que é colaborador desta casa e ao qual deveria ser formulada alguma atitude."

Intervenção da deputada municipal Margarida da Fonseca (CDU):

"Se tivesse que dar um título à minha intervenção poderia ser " Repete-se o clima de instabilidade na comunidade educativa do 1º ciclo do concelho de Coimbra". Nos últimos anos tem sido recorrente. Ou são as situações de mau estado de conservação das escolas, ou a transferência de alunos (recorde-se que este designado Movimento em Cascata já não é novidade em Coimbra) ou é a ameaça de encerramento de escolas, como aconteceu o ano passado – lamentável é que mais uma vez o ano lectivo termina com instabilidade e insegurança, para pais, alunos e escolas, e perspectiva-se que em Setembro a saga continue.

Assinalamos o crescimento da preocupação individual e colectiva de cidadãos de Coimbra em torno desta matéria.

A CDU acusa a recepção da Carta enviada pelo Movimento Cívico "Em defesa das Escolas do 1ºciclo", cuja primeira subscritora é a deputada Catarina Martins.

Esta iniciativa parece-nos interessante, já somos mais a trazer a público as questões da educação no concelho de Coimbra e as cerca de 700 assinaturas agora recolhidas juntam-se às cerca de 2000 que há um ano atrás o PCP partido integrante da CDU, entregou na DREC e na Câmara de Coimbra como resultado da Campanha que promovemos contra o encerramento de escolas do 1º ciclo.

Teríamos todo o prazer em ter dado conta das iniciativas levadas a cabo mas tal não foi possível por falta de indicação sobre como contactar o Movimento ou os seus representantes.

A preocupação com o processo de transferência de alunos do 1º ciclo para as EB2/3, e os problemas que daí possam advir, tem sido questionado pela CDU nesta Assembleia em diversos momentos. Quando em 2006 tal se desenhava para o concelho de Coimbra, a CDU trouxe essa questão a esta Assembleia, assunto que inclusivamente reverteu na apresentação de uma Moção (aprovada aqui por maioria) e que reclamava, entre outras coisas, o envolvimento e auscultação da comunidade educativa na discussão e tomada de decisão sobre esta e outras matérias relativas a políticas educativas do concelho.

Na anterior Assembleia Municipal, quando veio a votação a 2ª versão da Carta Educativa, a CDU, a propósito da transferência de alunos do 1º ciclo para as EB2/3, questionou esta referindo "...como pretende a Autarquia proceder a esta passagem de turmas do 1º ciclo? As actuais EB2/3 não estão fisicamente preparadas para receberem alunos desta faixa etária. Os equipamentos não são os adequados. A CDU só aceita esta opção se a Câmara de Coimbra, uma vez que a Carta Educativa não especifica as obras a executar nas EB2/3, assumir aqui hoje, porque vamos votar esta Carta Educativa hoje, que não se procederá à passagem de turmas do 1º ciclo sem que se tenham feitas as devidas adaptações que salvaguardem o bem estar e segurança das crianças do 1º ciclo.

Somos confrontados em Junho com soluções que se querem ver concretizadas em Setembro... São legítimas e pertinentes as preocupações dos pais, desde logo porque 2 meses é um espaço temporal demasiado curto para intervenções de qualidade.

O que estamos de novo a discutir é consequência de opções políticas, quer do poder central quer do poder local, que nestas últimas décadas têm apostado no desinvestimento do parque escolar do 1º ciclo e têm resolvido situações com medidas economistas. Senão vejamos – porque surge o desdobramento de turmas? Porque quando a população escolar do 1º ciclo, aumenta substancialmente nas zonas urbanas e peri-urbanas, não se investiu na ampliação das escolas ou construção de novas...optou-se pela solução mais barata que foi com o mesmo número de salas criar dois regimes de horários funcionando uma turma no período da manhã e outra turma no período da tarde. E agora? Agora pretende-se acabar com este regime de funcionamento e de novo se escolhe a via mais fácil ocupando espaços das EB2/3. Mais grave ainda é que estas opções de mudança de funcionamento das escolas do 1º ciclo são tomadas sem estarem criadas condições para essas mudanças ocorrerem. São jogos promovidos por quem tem o poder esquecendo que estão a envolver outros que, desta forma desarticulada e inconsequente, saem sempre perdedores: as crianças e os pais.

Perante esta situação a CDU estruturou uma linha de intervenção que começou com reuniões com os órgãos de gestão das EB2/3 sinalizadas para

receber turmas do 1º ciclo, estando previstas, entre outras iniciativas, reuniões com as associações de pais.

Até ao momento, nos contactos que fizemos no sentido de perceber em que ponto estava todo este processo, apurou-se o seguinte junto dos Conselhos Executivos:

-As negociações para a transferência de alunos iniciaram-se em Março curiosamente antes mesmo da 2ª versão da Carta Educativa ter sido apresentada a esta Assembleia;

-A EB2/3 Eugénio de Castro e a EB2/3 Pedrulha referem ter um bloco disponível para acolher turmas do 4º ano tendo já acordado com a autarquia as obras de adaptação necessárias;

-A EB2/3 Alice Gouveia refere não ter espaço para acolher as duas turmas que estão em regime de desdobramento na EB! Do vale das Flores. A opção passará por colocar uma turma na APPC e outra terá com destino um contentor;

-A EB2/3 Silva Gaio não tem espaço próprio (individualizado) para receber as duas turmas da EB1 do Rossio. A única possibilidade é um piso num dos blocos.

Mas Senhor Presidente da Câmara se esta situação decorre da não permissão por parte do ME da existência de turmas em desdobramento, e se esta pressa se justifica com essa exigência, gostaria a CDU de saber porque se transferem ao alunos da EB1 do Rossio (Stª Clara) para a EB2/3 Silva Gaio se aqui não há desdobramento de turmas?! É uma escola com 2 salas e 2 turmas. E porque é que se pretende encerrar a EB1 da Póvoa do Pinheiro e transferir os alunos para a EB1 da Cidreira?

A Carta Educativa, que afinal até já está homologada, apenas prevê o encerramento de EB1 com uma sala e se os Presidentes de junta concordarem. Sobre estas questões a CDU exige um esclarecimento pois a Carta Educativa acabou de entrar em vigor e já está a ser adulterada pela própria entidade que a propôs.

Senhor Presidente da Câmara, a CDU vai entregar agora a V. Exª, na qualidade também de Vereador da Educação, um requerimento com um conjunto de questões que pretendemos ver respondidas por escrito, tão breve quanto possível, uma vez que precisamos de dados, como o tempo de execução previsto para estas adaptações que estão a ser acordadas com as EB2/3, e que adaptações efectivamente se pretendem levar a efeito, com vista a podermos discutir esses assuntos nas reuniões que pretendemos realizar com as Associações de Pais.

Registar que mais uma vez se constata uma grave lacuna – a ausência de diálogo com a comunidade educativa numa discussão sobre questões concretas que não podem continuar a ser decididas apenas por quem tem o poder. Não ouvir os principais visados, neste caso os pais, é desrespeitar os interesses das populações.

Não queria acabar sem referir que a CDU se congratula com as notícias do passado sábado, sobre o investimento desta autarquia em obras de recuperação de 3 escolas do 1º ciclo. Contudo retomo aqui uma questão já por nós, colocada a V. Exª – que critérios determinam as prioridades na selecção das escolas a intervencionar? Não pomos em causa a recuperação das escolas de Tovim, Coselhas e Loreto..., apenas continuamos a questionar porquê estas e não outras, cuja intervenção já tarda e há muito. Refiro-me por exemplo EB1

de Antuzede ou mesmo à EB1 de St^a Cruz, que não sendo um problema fácil tem de se equacionada uma solução pois consideramos que a escola de St^a Cruz é uma escola de risco e em risco.

Senhor Presidente da Câmara, já agora dizer-lhe que quando ouvi intervenções no sentido de destas dúvidas contra a distribuição dos Kit's, de incêndio, lembrei-me logo desta situação, não questionarmos para onde vão os Kit's, de Incêndio questionamos porque é para uns e não é não outros.

E esta questão das intervenções nas escolas que precisam estas mas há outras que no nosso entender se calhar teriam de exigir uma intervenção prioritária."

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

"O governo anunciou, na semana passada, o programa de investimento na reforma da rede prisional. Neste contexto, está na ordem do dia o destino ou destinos a dar, quer à Penitenciária de Coimbra, quer aos cerca de 4 ha de terrenos envolventes que hoje ocupa, uma vez que se projecta a construção de uma nova prisão no Botão.

Há cerca de dois anos esta Assembleia promoveu, neste mesmo espaço, um debate sobre esta matéria de crucial importância para a Cidade. Várias foram as opiniões expressas, na sua esmagadora maioria, os vários intervenientes pronunciaram-se no sentido da necessidade de preservação do edifício central, considerado de interesse patrimonial público relevante. Várias foram, também, as vozes que defenderam a manutenção das funções carcerárias do edifício, ainda que sem as funções de alta segurança, argumentando que uma cidade é feita de diversidade e que não pode remeter para as suas periferias menos visíveis, o que não agrada, neste caso, uma prisão. Simultaneamente, defendeu-se que este espaço que o PDM define como de equipamentos não fosse alienado para fins de construção imobiliária em favor de interesses privados.

Ora, temos conhecimento que terá entrado no gabinete do senhor vereador João Rebelo um projecto destinado a este espaço, assinado por um conhecido arquitecto, que tem desenvolvido projectos para o Grupo Amorim. Conhecendo todos nós a enorme apetência deste e de outros grupos económicos pela ocupação de espaços públicos desta cidade, e conhecendo as intenções deste executivo camarário de aí promover a construção de um hotel e outros edifícios de apropriação privada, não podemos deixar de ficar preocupados, exigindo ao executivo que torne claras as suas intenções e programa para aquele espaço.

As últimas intervenções na nossa cidade têm-se processado, regra geral, de forma casuística e fragmentária sem uma visão global estratégica, programada e planeada. Pior ainda, temos vindo a constatar que as principais intervenções urbanísticas, nomeadamente as que visaram dotá-la de equipamentos e serviços públicos de natureza desportiva ou cultural, têm não só estado reféns dos interesses privados e da especulação imobiliária, como têm favorecido lógicas de apropriação e canibalização dos espaços de usufruição pública da cidade. Foi assim com a Praça dos Heróis do Ultramar e o Eurostadium/Dolce Vita, e ameaça voltar a ser de novo assim com o espaço da Penitenciária.

Em relação à Penitenciária e aos espaços que irão ser libertados pela sua deslocalização o BE tem uma posição bastante clara e objectiva que há muito tornou pública e pela qual se tem batido. Pensamos que qualquer intervenção urbanística na zona da Penitenciária deverá ter em conta:

-A necessidade de preservar o edifício central da Penitenciária, desenhado pelo Eng.º Adolfo Loureiro nos finais do séc. XIX, que constitui uma importante peça de valor patrimonial e arquitectónico mantendo a sua identidade própria.

-Somos, de opinião que se poderia e deveria manter com uma funcionalidade idêntica à que hoje desempenha: uma prisão.

Não uma anacrónica e superlotada prisão de alta segurança, mas antes um estabelecimento prisional destinado a certo tipo de presos preventivos e a presos com penas menores, eventualmente, até, destinada a proporcionar uma mais fácil reintegração social e profissional a detidos em regime aberto.

Não partilhamos da opinião que os presos, pelo facto de o serem, devem ser privados de dignidade e direitos cívicos, e remetidos para as periferias, longe da vista e do coração, como se de leprosos na época medieval se tratasse, remetidos às novas gafarias, obrigando simultaneamente as suas famílias a novas e mais difíceis peregrinações.

O programa de intervenção urbanística que, ao que tudo indica, se anuncia para aquele espaço, reforça em nós a ideia de que a preservação do edifício e funcionalidade prisional é talvez a única garantia de que o próprio edifício não irá ser canibalizado e desvirtuado pelos poderosos interesses imobiliários. É que, não nos causaria admiração que amanhã, por falta de verbas, qualquer projecto de interesse cívico e cultural para a Cidade instalado no edifício central, viesse a dar lugar a mais uma monstruosidade imobiliária que conviverá mal com a zona e fará as delícias de alguns apetites ligados à construção.

Contudo, também veríamos com bons olhos, para aquele espaço, um projecto coerente que confira ao edifício central uma real valorização patrimonial e funcional que respeite a sua identidade e represente uma efectiva mais-valia para a Cidade.

Quanto ao espaço envolvente, hoje ocupado pela Penitenciária a nossa posição é também bastante clara e não permite qualquer ambiguidade: o terreno libertado pela deslocalização da Penitenciária deverá ser devolvido à cidade como espaço público qualificado e espaço verde que salvguarde não só a importante ligação de um corredor verde que faça a ligação entre o Parque da Sereia, o Jardim Botânico, o Parque Verde da Cidade e a sua margem esquerda, como também garanta uma melhoria das vias de circulação e assegure uma futura passagem do eléctrico de superfície.

Já o dissemos na altura do debate aqui levado a cabo no dia 8 de Julho de 2006, e reafirmamos hoje de novo que não nos parece válido o argumento apresentado pelo executivo municipal, que pelos vistos também acolhe o apoio do PS, de que é necessário respeitar um protocolo assinado em 2004 pelo Dr. Carlos Encarnação com a então ministra da Justiça Celeste Cardona, segundo o qual a Câmara se comprometia não só a trocar terrenos no Botão como também a viabilizar, através da alteração do PDM, a rentabilização imobiliária dos terrenos de modo a co-financiar a construção da nova Penitenciária a construir no Botão. Ou que o projecto em causa resulta de compromissos eleitorais assumidos pela maioria de direita que governa a Cidade.

Ao Sr. Presidente Carlos Encarnação dizemos de forma clara duas coisas muito simples:

-o compromisso que assumiu foi errado e não teve em linha de conta os legítimos interesses da cidade e dos seus cidadãos.

-a cidade não tem de pagar a transferência da Penitenciária e muito menos co-financiar a construção de um novo estabelecimento prisional. Essa é uma responsabilidade do governo central. Coimbra já contribuiu com a sua quota-parte, durante longos anos, suportando uma anacrónica prisão de alta segurança no miolo da cidade.

-Em segundo lugar, qualquer programa de intervenção na Penitenciária, no sentido de devolver à Cidade o espaço por ela ocupado, como espaço qualificado, deve passar por uma ampla discussão pública impedindo desta forma, que mais uma vez se caia em intervenções casuísticas e fragmentadas sem uma visão estratégica, programada e planeada que a maior parte das vezes em lugar de resolver problemas acrescenta mais problemas.

A Cidade não pode continuar a ser vendida a retalho e canibalizada pelos interesses imobiliários em nome de uma qualquer inevitabilidade ou de dificuldades financeiras.

Por isso, nos opomos de forma intransigente a que os terrenos hoje ocupados pela Penitenciária possam vir a ser entregues à voragem dos apetites imobiliários, por mais bonitas e sedutoras que sejam as roupagens com que se envolvam os projectos de intervenção urbanística para o local.”

Uma nota muito breve sobre a Carta Educativa, sobre a qual gostaria por razões óbvias não me posso prolongar, dizer, que as opções consagradas nesta carta educativa, tivemos ocasião de o dizer, são conta nós profundamente erradas, denotam falta de visão estratégica no investimento daquilo que é o futuro que é na educação das crianças e que tem como resultado apenas e só mesmo estas peragonas que são cirurgicamente colocadas na imprensa, 500mil, por acaso não são 500 mil, mas sim 300 mil, até são mais num conjunto de 2008/2009, em milhões de euros em investir em política de remendos, por exemplo, para mostrar claramente como isto é uma política inconsistente, a escola do Tovim tem 4 salas, tem duas turmas e 20 alunos, seis do 1º ano, 5 alunos do 2º e 4 do 3º e 5 alunos do 4ºano.

Pergunto se não teria uma lógica, como nós defendemos, uma lógica muito mais corrente funcional e realmente modernizadora criar um centro escolar, um centro escolar é uma escola moderna, com salas, que permite de facto, um princípio de um professor por turma, se não era mais correcto precisamente um centro escolar no alto da serra englobando Tovim, Rocha Nova, Casal do Lobo, e Dianteiro, isto poderia ser multiplicado noutras situações, em vez de andar a dizer defendemos a escolinha do plano centenário com 4 salas com 4 paredes, numa lógica perfeitamente anacrónica e absoleta.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Antes de mais um pequeno esclarecimento ao deputado Moisés Geraldês, sobre a matéria dos transportes para que não fiquem equívocos nessa matéria o meu partido, tem uma posição diferente da do seu, é que nós reclamamos compensações para os transportes colectivos, quer quando o aumento do petróleo, quer quando não o há. Nós reclamamos por uma razão de justiça e de equidade relativamente pelo menos aos municípios de Lisboa e Porto essas compensações, não apenas por meras razões circunstanciais que, de outra forma, tem o aspecto de um aproveitamento demagógico que nós queremos de

todo em todo rejeitar. Nesta matéri, de facto, o que nos distingue é que nos reclamamos para os Transportes Colectivos de Coimbra essas compensações, quer quando somos governo central, quer quando somos governo local. E não apenas, como acontece agora, que apenas reclamam essas compensações neste momento. Mas se quiserem sustentar melhor a vossa posição nesta matéria pedia para vos aconselhar com a vossa Presidente Manuela Ferreira Leite, talvez produza os ensinamentos necessários para que esta Assembleia nós também podemos compreender.

A minha intervenção propriamente dita, que eu aqui queria fazer, quer abranger outro aspecto.

“Tendo assistido nesta Assembleia, ao frenesim político da maioria dita – “Por Coimbra”, e bem assim também da esquerda, mais preocupado em desferir ataques ao governo central do que pugnar por uma boa execução orçamental ou de um plano de actividades e obras de interesse concelhio.

Intervenções tem havido até que me têm parecido deslocadas. Mais parecem dignas de intervenção na Assembleia da República do que nesta Assembleia Municipal. Às vezes parece até, em favor da politiquice, que não temos consciência das nossas limitações, da nossa capacidade residual de intervenção, das nossas competências específicas, parece até que se perdeu a visão lúcida do concreto.

Quem assim, contra o governo central tem intervindo nesta Assembleia, com isenção e coerência, não pode deixar de vir aqui aplaudir e salientar como o fez o reitor da nossa Universidade, em 13 de Junho de 2008 que “*Coimbra está de volta*”, a propósito da classificação da nossa Universidade como património mundial.

Efectivamente, o primeiro ministro José Sócrates garantiu uma verba de 20 milhões de euros a inscrever no PIDAAC, num financiamento que se estende até 2011 e que abrange três intervenções estruturantes na zona da Alta da Universidade: a recuperação do Colégio da Trindade, para nele se instalar o Tribunal Universitário Judicial Europeu; a construção de nova Biblioteca da Faculdade de Direito na Casa dos Melos, e a construção de um Centro de Interpretação e Divulgação da Universidade de Coimbra.

Mas a candidatura, tem ainda o mérito de articular, concertadamente, intervenções no Convento de Celas, Igreja de Santa Cruz, Sé Velha, Convento de Santa Clara a Velha, Museu da Ciência ou Machado de Castro.

Caros Deputados Municipais:

A Feira Comercial e Industrial de Coimbra, em ano de Festas da Cidade, que ontem encerrou, revela-nos a desertificação económica da região de Coimbra. Tal não pode constituir uma fatalidade e tem de se combater com a coesão de território, com as acessibilidades. E é isso, que o governo de José Sócrates nos acaba de brindar com o anuncio de 1.200 milhões de euros em estradas.

Ainda há pouco mais de um mês, foi inaugurada a A17, uma prioridade para a região Centro dada a sua importância para a melhoria efectiva da qualidade de vida dos cidadãos residentes e das empresas localizadas nos concelhos envolventes sediados à volta de Coimbra, e agora acabam de ser, entre outros, lançados concursos, para a construção do IC3 entre Tomar e Coimbra e o IC8, entre Pombal e Proença-a-Nova, para além da requalificação dos troços já existentes.

São acessibilidades, são cerca de 600Km de estrada que integram e interligam os distritos de Coimbra, Castelo Branco, Leiria e Santarém, no que podemos designar por Plano Rodoviário de Coimbra.

A região, que queremos liderar, será assim um território coeso, ligado ao território nacional e com as mesmas oportunidades e condições que todas as outras regiões.

Uns e outros, são investimentos estruturantes de particular importância, de enorme grandeza e monta, de grande alcance e esperança para Coimbra. Por isso, face ao comportamento da oposição do PSD/PP, do CDS/PP, do PCP e do bloco de Esquerda, todos eles, a saudarem, a sublinharem, e a solidarizarem-se com tais decisões que projectam “Coimbra de volta”.

Não fazendo V.Ex.as, fazem um claro exercício de hipocrisia política, e que define, quem afinal gosta e quem não gosta de Coimbra.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU)

“Senhor deputado, quando se está no poder é natural que se tenha uma tentação muito grande para se olhar para o umbigo e para se olhar só em frente, esquecendo-se que em democracia há outros partidos que têm vida própria, e têm iniciativas próprias. Vou ter que repetir ao Sr. deputado a pergunta que já fiz também ao deputado municipal do PSD, para se saber, se sabe se está consciente da posição tomada pelos deputados do Partido Socialista, em relação às propostas feitas em sede própria de Assembleia da República de compensação pelos custos sociais do défice de exploração aos municípios que não o têm por a comparação às Áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Se o Sr. deputado está consciente da posição que os deputados do seu partido tomaram na Assembleia da República, mediante as iniciativas do PCP e do Partidos dos Verdes. Sabe concerteza, a posição que eles tomaram.

Se sabe era simples, porque logo a seguir se põe a questão, então porque quando falamos em contradições e andamos à procura dos presidentes, saber das razões, ou procurar as razões de actuação aos presidentes de outros partidos, saber porque razão é que os deputados municipais de Coimbra, votam favoravelmente à exigência das compensações pelos défices de exploração, e não pelas questões do aumento do petróleo, porque aqui há um lapso que provavelmente, por algum desconhecimento. A pergunta está feita, sabe, ou não sabe porque naturalmente porque sabe, explicará naturalmente qual é a contradição entre os deputados municipais do PS/Coimbra e os deputados eleitos por Coimbra e naturalmente por outros deputados eleitos por Coimbra na Assembleia da República.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho do Bispo:

“São duas coisas agradáveis que aqui trago, uma de muita importância para a minha freguesia, foi que finalmente terminaram as passagens de nível. As horas que passamos a ver passar os comboios, já acabaram e portanto foi um grande melhoramento. É certo que alguém agora virá dizer, que teve a ideia, que fez o projecto, mas o que me interessa é que foi neste mandato que elas foram inauguradas, e portanto S. Martinho do Bispo está de parabéns, obrigado Sr. Presidente do benefício que trouxe para a minha freguesia.

Já agora porque algumas coisas ainda não estão bem ainda, nomeadamente da parte de sinalização, nasceu com alguns defeitos, parte deles estão corrigidos

mas os restantes também serão, faço aqui um apelo que o Sr. Presidente, portanto no empenho que teve na construção das passagens desniveladas, também o ponha no sentido de que a Via Rápida seja transformada urgentemente em Avenida e que possamos ter uma rotunda na Bencanta que permita um acesso rápido, quer à sede da freguesia, quer ao hospital dos Covões.

O segundo e também um assunto agradável é realmente elogiar aqui a maneira como a Câmara Municipal presentemente está a pagar às Juntas de Freguesia, os protocolos. No dia 12 deste mês, a minha recebeu e creio que todas as que tinha feito obra, no caso concreto S. Martinho do Bispo recebemos cerca de 70%, das obras do protocolo. Portanto, é quase um pronto pagamento, ao contrário de que acontecia noutros tempos em que andávamos sempre à afilhos para pagar aos empreiteiros. Neste momento, a Câmara está a pagar e a pagar bem, e portanto tenho que felicitar a Câmara, e nomeadamente o Sr. vereador Marcelo Nuno, porque tudo tem feito para que nós não tenhamos aflições.”

Intervenção do deputado municipal Luís Santarino (PS):

"Antes de mais desejaria congratular-me com o lançamento hoje na Lousã, do concurso Público Internacional, que determina naturalmente o Metro-Mondego em Coimbra e que ligará Coimbra à Lousã, vai ser uma realidade dentro de pouco tempo. E vai ser uma realidade pese embora algumas pessoas, alguns cidadãos, tentem sempre entender ou fazer passar a ideia de que o Metro-Mondego não vai ser uma realidade. Amanhã será noticiado, mas todos já ouviram, o que é que foi dito com a visita do Sr. Primeiro Ministro, qual o valor para a nossa zona, para a assunção de Coimbra entre outras coisas, como próxima capital regional.

Mas, não estaria disposto hoje em falar de algumas coisas, porque entendia que era passado, porque havia coisas que tinham sido ditas e escritas e que já estavam nas calendas, mas alguém que entende que nesta casa de liberdade pode tentar ser inquisidor, nesta casa de liberdade, alguém pode entender que me pode intimidar. Nunca fui homem de “diz que disse,” nunca fui homem de dizer as coisas por meias palavras, nunca tive medo, não tenho e nem nunca terei receio de afirmar a minha cidadania e também nado e criado em Coimbra. Daí que não admito inquisidores, admito inquiridores, admito adversários políticos, mas não admito esse tom exaltado, como só faltou aqui afirmar e dizer que, eu como funcionário desta casa, mas ao mesmo tempo deputado eleito da Assembleia Municipal, e ao mesmo tempo cidadão com quase 59 anos desta Cidade, estava limitado em dizer aquilo que penso relativamente às questões da minha cidade. É porque hoje à noite, também vou deixar de ser presidente de uma associação de pais do agrupamento de escola, ou se calhar poucos tem essa experiência mas é uma experiência de 10/12 anos, porque tenho um filho de 15 anos que muito me orgulho das escolas dos professores e do trabalho. Não permito a ninguém, nem aqui nem em nenhum lado, que ponha em causa a minha seriedade intelectual. Não estava em causa nem tenho nada a ver, com tipos de jornais que também não os controlo, porque também eu, nunca nesta casa quando tive alguma responsabilidade, nunca liguei a nenhum Director do Jornal, a nenhum proprietário de um jornal dizer o que é que devia ou não devia escrever. Não permito isso. Nunca o permiti e nunca o permitiria, porque mesmo enquanto estive, e honro-me de ter sido, técnico da divisão de desporto, sempre fui leal,

nunca atraíçoei, nunca tive uma pior palavra para com o meu vereador, nunca, como fazem muitas vezes sair nada para a comunicação social, a minha honestidade intelectual não pode ser posta em causa aqui por ninguém. E mais lhe digo, estou a falar directamente para si, senhor deputado Moisés, é exactamente para si e não para mais ninguém, é que nas intervenções que eu tive, naquilo que disse, na comunicação social, eu disse e assumi, que a Directora Regional era responsável, assumi que o senhor Secretário de Estado era responsável e mais, numa altura que foi difícil defender a Ministra da Educação, eu defendi em Coimbra, contra tudo e contra todos, e contra os militantes do meu próprio Partido, também disse, tome conta disto, porque isto está à deriva. Não tenho por hábito entender que os outros pensam diferente de mim, são os maus, e aqueles que pensam como eu são os bons, não tenho esse hábito, não tenho essa escola, porque a escola de Coimbra é diferente, a escola de Coimbra é de quem pensa, a escola de Coimbra é uma escola de cidadania que todos nos damos uns com os outros, conseguimos conversar de tudo, desde a direita à esquerda, ou se quiser mesmo desde a Esquerda à Direita, à Esquerda Revolucionária, o senhor só faltou aqui dizer, e pedir ao Senhor Presidente da Câmara, para me levantar um processo disciplinar. Não estamos habituados a isto, não estou habituado a isto, e nos anos todos, que tive responsabilidade e ainda hoje estão no mesmo sítio, há pessoas que defendem exactamente o contrário, pensam diferente de mim, mas nunca foram tratados da forma como o senhor me quer tratar a mim e como quer tratar alguém eleito desta cidade. Não lho permito, o senhor não tem condições para o fazer, não é serio intelectualmente, não é capaz para me fazer isso à minha pessoa, tenho uma história de Coimbra, que o senhor não tem.

São acusações desonestas, não são acusações sérias, são acusações de alguém que pensa pouco e pensa mal.

Se me permite diria que a seriedade de princípios, a escola, esta escola que nós temos, é uma escola diferente, não é a sua, é uma escola da velha Coimbra que se quer tornar nova, e eu citaria até para acabar uma palavra e uma intervenção, se me é permitido, só citar aquilo que diz o nosso magnifico Reitor, nem é do meu partido nem pensa como eu, na visita do Senhor Primeiro Ministro a Coimbra “digo-vos por isso, que Coimbra está de volta, já não a cidade que se acomoda e com **paz** à sombra da Velha Torre da Universidade, confortadamente instalada no tempo e na história a olhar apenas para si, mesmo e a reclamar o respeito dos outros pela sua nobreza decadente. Está outra cidade de volta.

E esta Cidade de volta citando o nosso magnifico Reitor, que eu quero e que eu desejo para o futuro dos meus filhos.”

Intervenção do deputado municipal Pignatelli e Queiroz (“Por Coimbra”):

“Em relação à intervenção do senhor deputado do Partido Socialista que aproveitou

a minha intervenção àcerca de Coimbra património mundial para enaltecer o interesse do Sr. Primeiro Ministro José Sócrates, em relação a esse mesmo processo, posto pela Universidade, com o qual me congratulei, embora esteja extremamente amputado em relação aos dois primeiros processos, que existiram e que desapareceram. Como eu estou à espera desses processos, de um dos processos, aquele que correu pela Câmara, depois vamos ver quem

teve a responsabilidade do incinerar, ou de o consumir em alta combustão. Portanto esse processo, entretanto já muitas coisas se estragaram e desapareceram.”

Intervenção da deputada municipal Manuela (BE):

“Sugeria, que depois de sairmos daqui todos que dessem um passeio por exemplo, até ao Convento de S. Francisco, ou até ao Jardim da Casa do Sal, e reparassem em qualquer desses percursos que, meramente um exemplo, que qualquer um desses percursos feito a pé é uma aventura de desporto radical ou de risco de vida, ou seja, Coimbra está, neste momento, uma cidade absolutamente hostil ao peão.

No momento em que a subida dos combustíveis obriga a pensar a mobilidade, e em que Coimbra não tem nenhum plano de mobilidade pedestre, a circulação dos peões em Coimbra é um perigo. Muitos dos percursos habituais dos peões, não têm passadeiras, há muitos sítios onde não tem passeios. Portanto não há plano pedestre nesta Cidade. É urgente criar este plano que é uma questão fundamental.

Uma nota sobre a carta educativa, gostava de saber com clareza, qual é a posição do PS relativamente à Carta Educativa, porque a questão não é, quando é que ela foi aprovada, ou se foi trazida pela Ministra ou não, a questão é qual é a posição do PS, relativamente a esta carta educativa e relativamente ao Município, que medidas vai o Município tomar para acatar as recomendações que constam do despacho de aprovação.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Stª Clara:

“Ouvi aqui o Sr. Ferraz dizer que foi à CIC, e que de facto não havia animação. Eu fui duas vezes à CIC, na primeira estavam três pessoas em placo e duas a ver, isto a um domingo; fui lá a uma sexta estava esgotado porque havia ranchos, não podemos dizer os dias em que vamos, porque eu fui num dia não vi lá ninguém, e no outro dia estava cheio. Apesar de me sentir muito prejudicado agora com a feira popular, mas isso faço um apelo ao Sr. Presidente da Câmara que, se me poder ajudar na Feira Popular, em virtude de ir ter apenas 24 horas para a montar, e vou gastar muito dinheiro, tenho todo o pessoal contratado, e não vou abrir a feira, portanto se não recebo o dinheiro da bilheteira, e vou pagar aos empregados vai ser muito difícil para mim. Dado que esta Câmara aprovou em reunião do Executivo, que a Feira Popular de Stª Clara, que o terreno com os preços está em 189 mil euros, os 29 mil metros, para que a Câmara me apoie também, não é só com os 7 mil dá-me Junho e Julho, só que Junho acabou e eu nem sequer lá pude montar nada. Portanto, só no dia 2 para abrir no dia 3 e aqui faço um pedido, ao Sr. Presidente da Câmara se me ajuda nesta situação.

Agora gostava de levantar um problema que está a acontecer na minha freguesia. Como sabem estão a fazer na minha freguesia o IC2 do Almegue/Cruz Mourouços, tenho muita preocupação, porque quando se fez aquela estrada, do Fórum/Coimbra, rotunda do Lagar, que teve o problema dos sobreiros, e hoje com tristeza minha, já acabaram com algumas ruas, deitaram a mata abaixo, uma mata que era uma reserva ecológica nacional, estou a ver o aqueduto a ser coberto, a lei diz que posso contemplar o aqueduto, não vou fazer nada, gostava que tivesse uma atenção que honestamente não sou muito

apologista de se esquartejar o país todo com tanta estrada. Quer dizer que, a minha freguesia já estava dividida pelo IC2, pela Estrada Nacional 1, a antiga estrada de Lisboa e agora por outro IC2, qualquer dia vou ter uma freguesia nos intervalos das estradas. Se mesmo assim, continuam a destruir o nosso património, tanto o património ecológico e agrícola e também o património histórico e arquitetónico não sei com o que vou ficar na freguesia. Portanto, gostava que se tomasse um pouco de atenção, porque toda a gente quer estradas esse tipo de desenvolvimento, gostava de ter a minha freguesia de se acharmos mais rápido aos sítios onde queremos mas dentro da freguesia, porque quem quer fazer estradas tem de pagar. Porque existe estradas lá que foram alcatroadas, conseguiu que as estradas passassem a património da junta porque foram dados os terrenos algumas pessoas amigas de St^a Clara e de um momento para o outro destroem tudo, não dizem nada, não apresentaram nenhum projecto à Junta, só gostávamos de saber as obras que estão a fazer na nossa freguesia.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Vilela

“Venho aqui hoje partilhar convosco, uma boa notícia e algumas preocupações, que todos vós conheceis Torre de Vilela, certamente não só pela questão da restauração, porque todos vós visitam regularmente os nossos restaurantes, na zona dos Fornos, mas também infelizmente Torre de Vilela nos últimos anos, tem vindo a ficar conhecida pelo fenómeno das inundações. É recorrente de 4 em 4 anos, aquela zona baixa da minha freguesia, mas também da freguesia de Souselas e da freguesia de Trouxemil, ser desbastada pelas imensas inundações, que assolam esta zona norte do nosso concelho. Em Outubro de 2006, sofremos, mais uma vez umas grandes e fortes inundações, já o tínhamos sofrido em Janeiro de 2003, e desde Outubro de 2006 tem sido feito um grande esforço, para que de uma vez por todas, a grande batalha ...

...o colega presidente de Junta de Trouxemil.

Cabe a todos os presidentes de junta da zona norte, e por isso, tomem posição porque sem isso ficamos para trás.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Souselas

“Em primeiro lugar o Presidente da Junta de Freguesia de Souselas subscreve, por inteiro, a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Vilela, isto porque para além da questão de respeito e solidariedade para com um colega presidente de junta, também a minha freguesia, se sente prejudicada e penalizada pelo um governo, que às vezes algumas intervenções de deputados do partido socialista, até parece que é amigo de Coimbra. Não vejo em quê, senão vejamos:

Há um problema grave, que tem a ver com cheias, que tem a ver com estruturas mal implantadas no território, passagens hidráulicas subdimensionadas e um IC2 que está sobre aterro quando devia de facto estar sobre viaduto, o que significa que se criou ali, uma versão da Aguieira, portanto a barragem da Aguieira 2, e quando chove sabemos infelizmente o que acontece a montante Souselas com água, Torre de Vilela ídem e também uma parte pertencente à freguesia de Trouxemil afectada. Tem sido uma luta muito grande, da grande parte dos autarcas da zona norte, que se sentem afectados, quero também dizer que, até hoje ainda não fui recebido pelo Sr.

Governador Civil, não sei se foi por uma questão de agenda, porque aquando dos efeitos devastadores de 2006, escrevemos, enviamos um processo ao Sr. Governador Civil, referente aos estragos e aos problemas de cheias de Souselas e solicitamos uma audiência até hoje não houve reunião nenhuma, tão somente uma promovida pela Junta de Freguesia de Torre de Vilela, onde participámos com satisfação e naturalmente mostramos o nosso apoio a nossa solidariedade e a articulação de intervenção porque de facto é um problema comum e conjunto. Portanto, para grandes males grandes remédios, há que intervencionar de imediato e começar precisamente a intervenção no IC2, pela zona mais crítica, a zona mais critica em termos de risco de cheias, é precisamente a zona dos Fornos.

A segunda questão, a questão das portagens, naturalmente tem a discordância da Junta de Freguesia de Souselas, é penalizador para as pessoas de Coimbra, para aqueles que nos visitam e que vêm a Coimbra e também penaliza naturalmente a estrutura económica nomeadamente a nível do comércio, industria, e a bolsa de todos aqueles que lá vivem.

Penso que não podemos admitir em circunstância alguma, a colocação de portagens neste troço dentro do concelho de Coimbra, ou seja, não há que prejudicar as freguesias da zona norte, tenho que se passar livremente de forma gratuita eu e todos aqueles que lá vivem.

Para terminar, exigimos naturalmente sendo um processo que tem que ter um procedimento a avaliação de pacto ambiental, que nos apresente o processo em fase de estudo de pacto ambiental no qual só há consulta, que entregue a proposta de definição do âmbito para a consulta institucional para as entidades nomeadamente as autarquias locais se poderem pronunciar negativamente sobre a questão da colocação das portagens, não está aqui em causa o projecto, não está aqui em causa a construção do auto-estrada, o que está aqui em causa é de facto esta penalização para Coimbra e para as freguesias da zona norte.

Quero dizer e para terminar que estarei disponível para ao lado dos meus colegas autarcas e vizinhos Trouxemil e Torre de Vilela, e também aqueles que estão mais a norte como Botão, também as pessoas do Botão tem que ali passar, Brasfemes e todos aqueles que se sentirem lesados, para no interesse comum, porque é para interesse de todos que ali vivem, lutarem e sensibilizarem o Ministério das Obras Públicas, que, de facto, não pode, nem deve haver portagens.”

Intervenção do deputado municipal Serpa Oliva (“Por Coimbra”):

"Primeiro quero dizer que discordo com o Dr. Ricardo Rodrigues, peço desculpa, mas eu sou completamente pró portagens em qualquer zona, apoio completamente o Partido Socialista ponham portagens em todos os sítios, porque quem anda de carro tem dinheiro, e os pobres são os outros e não é lógico que andemos em auto-estradas, indivíduos que podem pagá-las, porque se não poderem pagar andam nas outras estradas que há ao lado. Em resumo, apoio completamente as portagens sejam elas onde forem.

Peço desculpa desta intervenção porque já defendo isto há muito tempo.

Mas aquilo que me trás aqui fundamentalmente são duas pequenas questões, uma é do Pediátrico.

Perguntava ao meu amigo Martinho, ao Reis Marques e ao Nunes da Silva, ninguém me respondeu à última dúvida, não sei o que se passa com o

Pediátrico, estou preocupado, o deputado Maló de Abreu também interveio nesse sentido, e outras pessoas continuaram preocupadas. Gostava que me esclarecem.

Outra coisa que gostava de pedir ao Sr. Presidente da Mesa, tem de se arranjar uma formula nomeie-se uma comissão, para que realmente as pessoas tenham o tempo relativo a cada peso dentro aqui na Assembleia e se isso não for possível, que haja uma coisa como há agora nos congressos internacionais, dão-nos 7 minutos para falar, e no fim dos 7 minutos os microfones desligam-se automaticamente. Proponha que assim o fosse porque já várias vezes batalhamos nisso, e passaram 3 horas desde o início da Assembleia, discutimos provavelmente coisas interessantes, mas temos que fazer um esforço para se falar de coisas de interesse.”

Presidente da Assembleia deu resposta a três questões.

-Relativamente ao tempo que cada grupo municipal devia usar, disse que depois de férias reunia com os líderes dos Grupos para coordenarem os tempos e só falava rigorosamente a pessoa que o grupo indicava.

Quanto às portagens, estou de acordo que se deve proteger o interior.

Se, se vai do Porto ou de Aveiro para Viseu não se paga, se, se vai de Coimbra já se paga. Protege-se quem vai do Norte para o interior, não quem vai de Coimbra.

Só há uma solução, colocar via verde em toda a parte, quem circular mais de “x” vezes no interior deixa de pagar.

Relativamente à questão da construção do novo Pediátrico, tenho a informar que eu e os representantes dos grupos municipais, nomeados para o efeito, tivemos uma reunião com o Presidente da ARS e realmente os prazos foram cumpridos.

Além disso, havia uma questão posta pelo jornal, quanto à qualidade dos materiais, isso está a ser controlado e instaurado um inquérito.”

Intervenção do Presidente da Câmara:

“Hoje estou um pouco mais livre e posso gastar mais tempo, V.Ex.as não me acusarão de ter menos consideração por vós para tentar responder a todas as questões que me colocaram e mais duas ou três que valia apenas nesta altura abordar.

Em primeiro lugar, às questões que me colocaram.

A questão dos corta silvas que tanta confusão me tem feito, porque verdadeiramente temos corta silvas a menos e silvas a mais. E não temos gerido bem, de facto, a sua distribuição, é um problema que parece menor mas é muito importante, quando as pessoas olham para o lado e vêem mato e silvas por cortar, naturalmente se preocupam e acham que estão numa Cidade que não é bem cuidada, num Município que não é bem cuidado.

Fiz à pouco um acordo com o Sr. vereador das Finanças, com o Dr. Marcelo Nuno, ele permitiu-me que nós comprássemos 3 corta silvas para ver se acabamos com esta confusão. E que os 3 corta silvas sejam geridos pelas juntas de freguesia directamente e pelo Gabinete das Juntas de Freguesia para não haver mais complicações àcerca disto. Esta reclamação é uma reclamação comum a várias juntas de freguesia. Considero muito importante de nós resolvemos esta questão mais rapidamente possível.

A segunda questão, a questão de Brasfemes, o refeitório da escola de Brasfemes vão ser abertas as propostas amanhã. Portanto, certamente que a escola estará pronta e portanto o refeitório será alterado e estará pronto no princípio do ano lectivo.

Terceira questão que é uma questão relativamente marginal, que é a questão da prisão, devo dizer que às vezes fico perplexo, parece que eu estou a gerir e a dispor de um terreno que é meu, que é da Câmara de Coimbra que é nosso, e não é verdade. Todo e qualquer negócio que ali seja feito é pelo Ministério da Justiça, o Ministério da Justiça é dono daquele terreno se alguém não souber passa a saber agora, toda e qualquer operação que ali se faça é da responsabilidade do Ministério da Justiça, todo o que vier da alienação daquele terreno é para o Ministério da Justiça, a Câmara Municipal de Coimbra não tem directamente nada a ver com qualquer negócio que seja feito naquele terreno. Agora, o que a Câmara Municipal de Coimbra tem é naturalmente em relação ao que ali está, e francamente não quero, não gosto, acho que não devo defender a manutenção de uma cadeia de alta segurança naquele ponto, e toda a gente sabe disso, e a própria Assembleia já se pronunciou sobre isso, e se algum resistente queira continuar a ter uma prisão de alta segurança ali, que seja muito feliz, mas não é a minha opinião, não é a opinião maioritária desta Assembleia não é a opinião maioritária da Câmara Municipal de Coimbra. Que haja um projecto em elaboração, para ali, que até se calhar já tem alguns pareceres do IGPAR é com o Ministério da Justiça, quando o Ministério da Justiça vier a apresentar à Câmara Municipal publicamente e à Assembleia Municipal faça o favor é muito bem recebido. E depois então discutiremos tudo. Mas é evidentemente que eu agora não posso, nem devo, estar a pronunciar-me sobre a questão desta natureza.

A quarta questão, também parcelar, que é a questão dos acessos às passagens de níveis de S. Martinho, já disse ao Presidente de Junta, que eu nunca julguei que aquilo ia ser feito, porque quando aqui há alguns anos me apareceram aqui uns Senhores, penso que eram da REFER, com um ar burocrático a discutir os projectos que eles traziam que estavam todos errados, porque nada daquilo já era assim, e quando os pôs a conversar com os nossos técnicos do planeamento e com o Eng.º João Rebelo, fiquei convencido e disse-o que isto se calhar nunca mais se faz, mentira enganei-me. Alguma vez na vida me tinha que enganar já me enganei varias vezes e esta foi uma delas, aquilo foi mesmo feito e está a quase a acabar. Claro, que é uma matéria que não está totalmente resolvida, porque há ainda alguns acessos que tem de ser pensados às passagens superiores é uma matéria complexa, aquilo é uma rede complexa, que ali estava instalada. De facto nunca percebi como é que uma freguesia podia ter sido tão destruída, o Simão falou em Stª Clara, mas S. Martinho tão destruída como com aquelas passagens e com aquela desordem e com aquele caso urbanístico que ali está. Já tinha falado várias vezes, o que agora estamos a tentar fazer é cozer tudo aquilo, como em relação a Stª Clara, também temos que cozer todos aqueles espaços e temos que requalificar toda aquela zona, que é um trabalho interessantíssimo e que o Eng.º João Rebelo gostará muito de o fazer, porque é matéria dele, é especialidade dele, e acho que ele está a fazê-lo bem.

Em relação a Bencanta, acho que aquela zona vai ficar alterada também com o nó que nós discutimos também muito em relação ao IC2, acabou por ser adotada a solução que a Câmara defendia, contra a solução das Estradas de

Portugal, mas acabou por vencer a nossa, o que foi adquirido muito importante para toda aquela zona e evidentemente que vai ser completada com tudo aquilo que é necessário, ainda com a ligação que é feita da rotunda a seguir à Bencanta para a Fundação Bissaya Barreto portanto, já está a ser concursada para futura execução.

Creio que, em questões parcelares que me foram postas respondi a todas, queria fazer uma apreciação em relação a Almalaguês.

De facto, o que vai ser feito em Almalaguês é uma coisa muito significativa, tive a ver os números, parece impossível, mas é verdade, as pessoas de Almalaguês se calhar não tinham consciência disso, mas o facto é que a única coisa que havia em águas residuais domésticas em Almalaguês, era uma coisa que tinha sido feita há 25 anos, e que tinha uma taxa de cobertura da freguesia de 35%.

É uma freguesia difícil, porque tem muitas zonas isoladas, mas isso não quer dizer que não se faça nada, e não quer dizer principalmente que nós não conseguíssemos numa intervenção passar de 35% para 60% da taxa de cobertura. Com um investimento grande, é certo, mas com investimento! E também não deixa de ser dito, nem deve deixar de ser dito, que nós temos mais 3 empreitadas para fazer, e que nas 3 empreitadas, que temos para fazer, nós temos uma prevista para ser lançada ainda em 2009, que abrange mais 700 pessoas. Portanto, abrange mais uma percentagem significativa da população, e depois teremos de fazer em 2010, mais as 2 duas que são menores que abrange cada uma delas, uma intervenção de dá para 400 pessoas. Mas, vejam bem, como é possível que nós desenhamos uma política que ela seja a favor das pessoas e da dignidade das pessoas e que ela seja conseguida e que as pessoas percebam que têm tanto direito em viver bem em Almalaguês como em qualquer sítio de Coimbra. A grande lição, a igualdade e oportunidades nós defendemos começa por aqui é tão simples quanto isto.

E já que estou a falar de igualdade e de oportunidades permitam-me que fale também da questão dos transportes, porque a questão dos transportes tem que ser analisada nesta óptica. Devo dizer que, já repeti várias vezes mas, volto a dizer para as pessoas que não perceberam bem, e perceberem porque é que eu faço estas intervenções nestas alturas. Disse que não tinha intervido na questão dos transportes antes da Lei das Finanças Locais, mas digo que intervenho todos os dias que for necessário com a Lei das Finanças Locais aprovada, porque o que me venderam da Lei das Finanças Locais era uma Lei que acabava com as desigualdades. Não é verdade! A Lei das Finanças Locais tem dois elementos absolutamente incapazes por ausência, de resolver problemas entre municípios, um deles é o caso dos transportes

Nós estamos a financiar com o dinheiro dos contribuintes, o dinheiro dos transportes, do défice de exploração dos transportes de Lisboa e Porto, a Carris e os STCP chegam ao Governo e dizem no fim do ano: Desculpe correu mal, (porque corre sempre mal), tenho 40 milhões ou 18 milhões de défice de exploração, o Sr. Governo dá-me este dinheiro. E o Governo dá! e os SMTUC chegam ao fim do ano, são mais modestos têm um défice de exploração menor, e chegam ao pé da Câmara e dizem o Governo dá ou dá a Câmara? Não, somos nós, tem de ser a Câmara a dar. Significa portanto, que o contribuinte de Coimbra paga, nos seus impostos o défice de exploração de Lisboa e do Porto e paga directamente o défice de exploração dos transportes colectivos de Coimbra. Isto não pode continuar em homenagem ao princípio

da igualdade, não pode ser. Se nós fazemos esta defesa tão veemente porque achamos que na verdade aqui está uma questão tão fundamental que põe a nu a incongruência das soluções, e que distorce completamente o trabalho das autarquias. Como em relação ao saneamento, Lisboa não faz saneamento e água tem uma empresa pública que faz. E a Câmara de Coimbra tem de o fazer, chego a pensar onde é que Lisboa gastará o dinheiro, porque se tem a dívida toda que tem, e ainda por cima não faz agia nem saneamento, não faz transportes e tem o metro, onde é que esta gente gastará o dinheiro? É para perceberem bem, porque é que eu digo isto, digo-o com convicção absoluta, não estou a fingir, temos de resolver este problema, não podemos continuar assim.

É certo que há outros municípios, com problema igual, mas não há nenhum município com o uma dimensão equivalente à nossa, porque para nosso azar, ou nossa sorte, nos somos um município com 150 mil habitantes, com 40 mil visitantes, porque também houve aqui uma ideia de que Coimbra, não podia beneficiar de uma determinada situação porque não havia movimentos pendulares para Coimbra, só havia para Lisboa e para o Porto. O Sr. Primeiro Ministro chegou a dizer isto. Acho que ele estava distraído na altura, mas verdadeiramente chegou a dizer isto. Portanto os 40 mil que entram e saíam de Coimbra não existem, e portanto nem esse argumento é capaz de resistir a um segundo de reflexão.

Mas o que é mais interessante, é que farto-me de escrever cartas à Sra. Secretária do Estado para explicar esta questão, e a Sra. Secretária do Estado responde-me com uma carta que me diz o seguinte, e que acho que é extraordinário.

Na sequência de uma determinada coisa diz esta senhora secretária,... *“as empresas públicas de transportes, bem como os operadores privados, associados da ANTRAL acordaram com o governo que não irão proceder à actualização tarifária nos títulos mensais.”* E depois diz isto: *“Permite-me sugerir a V.Ex.ª a ponderação desta medida do transporte público e a respectiva aplicação no âmbito das competências dessa autarquia no que diz respeito aos serviços de transporte.”*

Isto quer dizer, que a Sra. Secretária do Estado que subvenciona directamente cobrindo os custos de exploração das entidades públicas de transportes e que subvenciona as entidades privadas dando-lhe o custo social do transporte, e que a Câmara de Coimbra da zero, dizendo assim, meu caro amigo seja boa pessoa não aumente os transportes.

Concerteza que não vou aumentar, e a Câmara certamente irá assumir esse custo. Agora, que isto é uma pouca vergonha é uma pouca vergonha, que isto não se admite não se admite! Estão a brincar connosco e daqui partirei para outra questão que se me coloca, já disse várias vezes se decidirem não subsidiar toda a gente, então não subsidiem toda a gente, agora o que não podem é subsidiar uns e não os outros.

A questão da Metro Mondego, eu escrevi uma carta, hoje, à Sra. Secretária do Estado, que levei à Câmara e que tive o conforto da maioria da Câmara, que no fundo, diz o seguinte, para pôr sobre de todas estas confusões que aqui resultam e para verem quais são os três pontos essenciais que acho que devem ser levantados em relação ao Metro Mondego:

“Assim sendo, e para acabar de vez com todos os impasses e suspeição solicitamos a V. Ex.ªs que lance os concursos quanto à linha da Lousã, em

termos tais, que todos possam estar lançados incluindo o troço Parque/Coimbra B até final do ano de 2008. De igual modo, entendemos absolutamente exigível que o troço da linha do Hospital seja concursado até Junho de 2009, falta-nos ainda como dado essencial do sistema, saber se o modelo de gestão da Metro Mondego, e os compromissos a assumir pelo Estado.”

Isto porquê, porque enquanto a linha da Lousã, se resolve sobre órbita da CP/REFER, estamos a tratar de uma realidade quando falamos na totalidade do sistema urbano e suburbano, estamos a considerar coisa diversa, estamos já a entrar no domínio da operacionalidade, da sociedade da Metro Mondego e da responsabilidade compartilhada pelas Câmaras Municipais.

Se alguém tem dúvidas, de que eu quero o Metro Mondego já, tire daí o sentido, quero já. E quero no percurso que já está aprovado, não estou para esperar por mais estudos de impacto ambiental, em relação a alterações, e quero tudo de uma vez até Coimbra B, e quero a linha do hospital, anunciado o seu concurso, para o ano que vem, para não ser muito exigente. Isto é uma exigência fundamental, acho muito bem que hoje tenham feito o concurso do material circulante para a linha da Lousã, não foi outra coisa que foi feito hoje, mas e o modelo de gestão, e o concurso para o modelo, onde está? O que é que eu sei à cerca disso? Zero.

A introdução do Metro Mondego em Coimbra, que é a área que vai subvencionar directamente e garantir, a validade económica deste projecto, vai ter problemas com os SMTUC, porque nós vamos perder negócio com os SMTUC, e se eu não sei bem o que vai acontecer, em relação ao modelo de gestão do Metro Mondego, posso estar a enfiar a Câmara Municipal num buraco tremendo, e eu não quero; quero que esteja tudo claro como água, quero que me expliquem bem isto. Eu sabia o outro concurso foi lançado, tinha 10 anos de indemnizações compensatórias, mas este eu não sei. Portanto, temos todo o direito de colocar estas questões desta maneira. Não vale apenas andarmos aqui a fugir, estas são as questões que devem ser colocadas e eu tenho a obrigação de as assumir publicamente, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Coimbra.

Outro assunto sobre a qual veio uma intervenção minimalista, apenas para vos dizer, o meu grande contentamento e agradecer a esta Assembleia, que na sua maioria claríssima me ajudou muito a fazer a luta toda que tivemos em relação à Carta Educativa.

A Carta Educativa que nós apresentamos, foi o resultado da vontade soberana desta Câmara e desta Assembleia, contra algumas determinações, que nem sequer era tão clarividentes quanto a isso, não propriamente o Ministério da Educação, mas da DREC em Coimbra.

Quero explicar aos senhores, que as Cartas Educativas são um grande negócio, há empresas que se dedicam a fazer Cartas Educativas, há uma empresa aqui pelas imediações que já fez 12, e por isso não acho extraordinário que os cidadãos ligados a essa empresa contestem as cartas educativas é uma questão de mercado.

Agora o que nós fizemos foi outra coisa, uma coisa séria, contratámos um bom especialista, e ele levou até ao fim a sua Carta Educativa, e fê-la com consciência e defendeu-a até publicamente, e nós introduzimos nesta Carta Educativa de facto, algumas questões que do ponto de vista educativo, são

adquiridos positivos. Às vezes as pessoas falavam da Carta Educativa sem nunca a terem lido; e achava extraordinário como é que tinham tantos argumentos bons, porque nem sequer tinham lido o que lá estava escrito; achava muito engraçado quando as pessoas falavam nos centros educativos, e falavam na eficiência absoluta dos centros educativos. Sabem o que é que diz a comunicação da DREC, os centros educativos só devem ser construídos para mais de 300 alunos. E esta! mas havia gente que pensava que os centros educativos eram tudo, as escolas tiravam-se e punham –se uma escola nova para todos os alunos que lá estavam. Não assim, eu sempre entendi que os centros educativos não era uma figuração rígida, que eu expliquei e disse-vos na última sessão, um centro educativo deveria ser num caso um jardim-de-infância e uma EB/1, dois edifícios diferentes. Pedi a opinião da Sra. Ministra e ela deu-a, é assim mesmo! Aquilo que nós éramos insultados por não prevermos centros educativos, toda a gente percebia que a nossa opção era correcta, e portanto foi com alguma supressa, que eu vi comunicarem-nos que a Carta tinha sido aprovada mas não foi com muita supressa, que eu entendi, que as pessoas tinham chegado finalmente a perceber aquilo que nós estávamos a dizer. Acho esta montagem toda, acerca da Carta Educativa, uma coisa perfeitamente ridícula, mesmo este instrutor de moribundo daquela historia de mentira e daquilo tudo foi uma coisa perfeitamente ridícula para toda a gente que nela se envolveu. As pessoas a negarem a evidencia que a Senhora tinha cá vindo e que disse que sim, o despacho do dia 18 depois da Senhora cá ter vindo no dia 17, achei uma coisa extraordinária, digna de figurar em qualquer anedotário nacional. Mas também devo dizer que não me preocupo muito com isso, porque verdadeiramente aquilo que nós defendemos, a forma que nós defendemos é correcta.

E em relação à aplicação prática, a sua intervenção foi uma intervenção séria e correcta, vou responder até em pormenor em relação aquilo que foi dito, mas quero dizer seguinte:

Temos tudo articulado em relação àquilo que é o figurino da Carta Educativa, temos vários domínios nos quais há dificuldade em intervir, eu não consigo intervir na escola de Santa Cruz, senão encontrar uma formula que me permita deslocar alunos, porque não tenho outro sítio, onde colocar os alunos naquela zona.

E nós entendemos que as escolas do Loreto, Tovim e Coselhas são de acordo mesmo com o modelo, que representa a carta educativa, três pontos essenciais, onde nós podemos aumentar a oferta e onde temos necessariamente, que promover o desenvolvimento da procura; elas tem boas condições de expansão, tem boas condições de ampliação, estão situadas em bons locais, em relação ao presumível movimento de alunos da carta educativa, e portanto é aí que vamos actuar já.

Assim como vamos actuar mais brevemente possível, vamos acabar com os projectos de intervenção, aliás irão brevemente à Câmara, em relação a duas escolas, no Vale das Flores e em Montes-Claros, que estão junto das EB1, que estão junto dos jardins-de-infância e que vão ter uma melhoria clara em relação a vários elementos estruturais e também a salas novas que vão ter.

Assim como, vamos lançar um modelo novo, fala-se em jardim/escola nós vamos lançar a escola/jardim, assim a definimos, porquê, porque tem 40%, de escola e 60% de jardim; onde vai ser feita na Solum num terreno livre, que lá existe, porque não quero que seja para construção de outra natureza. Portanto

o anteprojecto está feito, vamos avançar com esse projecto e candidatá-lo ao QREN.

Portanto, é com este conjunto de movimentos, que nós estamos a resolver a questão, para além de fazer-mos as intervenções nas outras escolas.

O problema da transição para as EB2/3, não é só uma questão da carta educativa, é uma questão de gestão do quadro escolar. O ministério da Educação disse-nos que nós devíamos promover esse movimentos. Eu disse não, não tenho nada que promover esses movimentos. A DREC nesta altura, tem a gestão das EB2/3, a DREC é que tem de ver quem é que pode receber, e nós depois temos de ver, se as escolas devem ou não devem receber se tem condições para isso, ou se nós temos de fazer intervenções excepcionais em relação a isso; vamos fazer para já na Eugénio de Castro, é um bloco que vai ficar reservado para transição de alunos da EB1, é um bloco na escola Rainha Santa que vai ficar reservado para transição de alunos da EB1, são 4 salas do mesmo bloco na Martins de Freitas, e são 2 salas em S. Silvestre que já tem estado a funcionar bem e continuarão a funcionar.

Estão em avaliação Alice Gouveia e Taveiro mas devo dizer que em relação a Taveiro, tenho aqui um inquérito que resultou da última intervenção que fizemos deslocando turmas para esta escola da Ribeira de Frades, e que me dá uma percentagem de muita satisfação da ordem dos 51,4%, e dá-me uma percentagem de satisfação de 39,9%.

Estão a ver o que está a acontecer com inquérito nos quais nós nos temos de basear para acompanhar os resultados destas movimentações.

Vejam que, nós estivemos a fazer estas intervenções todas que estivemos a fazer, há 6 anos de 10 milhões de euros, sem nenhuma comparticipação de fundos comunitários, foi tudo dinheiro da Câmara excepto um jardim-de-infância o de Montes-Claros, que foi candidatado ao QREN, e que tivemos de facto uma ajuda significativa para o fazer, mas o resto não, e agora o que temos é que fazer todas estas obras com os fundos do QREN também, todas estas obras que vamos fazer de alteração de ampliação e de construção nova têm de ser feita com recurso do Fundo do QREN, se querem que vos diga só perdemos dois concursos até agora, portanto a Carta educativa nem isso é muito dramático porque entretanto tivemos a fazer os projectos, portanto agora avançaremos com os projectos para concurso.

Portanto gostaria de colocar esta questão no seu registo próprio, admito que estas sessões sejam muito interessantes para o jogo político e partidário é concerteza, muito interessante mas não é o meu objectivo estar a fazer isso. O que eu defendo aqui são os princípios, de aplicação, e os que nós defendemos estão aceites, estão transcritos, e serão levados à prática. Aqui o que eu quero, é que cada vez mais as crianças que nós temos em idade escolar tenham uma satisfação maior das suas necessidades fundamentais; o que eu quero é que, o modelo da escola até 17h30m, porque nunca é até as 19h, seja aplicado em relação a todos os alunos, não deixe alunos de fora como em muitos casos acontece; o que quero é que os alunos todos, como já felizmente conseguimos, tenham todos refeição na escola, que nós nesta altura já atingimos a totalidade de alunos com refeição com almoço na escola e estamos a pagar por isso 1 milhão de euros por ano, por essa vantagem esse benefício adicional que tem de ser concedido. Estou muito satisfeito, porque o ponto de vista dos jardins-de-infância, com o jardim de Montes-Claros atingiremos 100% de cobertura; e não estou satisfeito porque ainda não

conseguimos a percentagem que quero atingir, porventura, para o ano, de 50%, em relação em relação às creches, mas conseguiremos isso com o concurso que estamos a fazer com as IPSS com terrenos nossos, porventura com projectos nossos e com apoio que não pode deixar de ser da Segurança Social para a sua construção e sua manutenção. Portanto é este panorama que queria que os senhores memorizassem, porque é este panorama que me preocupa, e só estas soluções sem milagres e sem esbanjamento de dinheiros públicos que quero atingir.”

Intervenção do Vereador Álvaro Seco:

“Quero dizer que é com satisfação que aqui estou, pela primeira vez para dar uma resposta directa aos senhores deputados em relação a um assunto que é da minha responsabilidade evidentemente que o Sr. Presidente da Câmara é o Comandante Municipal da Protecção Civil e como tal ele é o único e último responsável por esta área.

Gostava de dizer que nesta questão dos Kit’s há concelhos que as freguesias receberam Kit’s a 100% e outras não, Coimbra recebeu 8 Kit’s e tem 31 freguesias houve muitas outras que não receberam, como é obvio.

A ideia que tenho em relação a esta matéria é que este processo, não é um processo acabado, fechado, é evidente que de época para época a intenção de melhorar-mos esta questão que é fundamental e que dá-me satisfação que as freguesias a abracem com entusiasmo, porque o papel das juntas de freguesias é determinante também no combate aos fogos florestais.

Gostaria também de dizer, que independentemente, de terem Kit’s ou não, todas as freguesias têm colaborado com a Protecção Civil e espero que continuem a colaborar. Em próxima época penso que naturalmente haverá mais freguesias com Kit’s, e também posso aqui dizer, o Sr. Presidente ouviu no passado sábado essa reclamação justa de que é preciso equipar com fardamentos próprios o pessoal que manobra com esses Kit’s

Gostaria de dizer que esta decisão foi acordada entre a Associação Nacional de Freguesias, a Direcção Geral de Autarquias Locais, e a Auto-Autoridade para a Protecção Civil, que analisou e verificou determinados critérios e depois ainda houve uma verificação do CODIS.

Quero dizer que atribuição a estas freguesias não foi feita pela Câmara foi a Alta Autoridade para a Protecção Civil e a DGAL que resolveram atribuir a estas 8 freguesias de acordo com os critérios ponderados para os quais nós contribuímos é certo, que se fez esta distribuição. Houve designadamente em relação, por exemplo, a Brasfemes, também da nossa parte alguma supressa, porque entendemos que tem meios de socorro próximos, mas também compreendemos por exemplo Lamarosa, está muito distante desses mesmos meios de socorro, não é das zonas mais florestadas que recebesse meios desse tipo. E em relação a Brasfemes gostaria de dizer, que isto pode ser falado um dia destes, que também, a nível nacional que as companhias dos Bombeiros Voluntários foram equipadas com equipas ESIN a serem pagas metade pelo Governo, e metade pela Autarquia. E a Câmara Municipal de Coimbra designadamente os seus Bombeiros Voluntários de Coimbra e de Brasfemes designadamente não foram autorizadas a constituir essas equipas ESIN porque se entendeu que os municípios que têm bombeiros sapadores, ou bombeiros municipais podem prescindir dessas equipas nos bombeiros voluntários. É para dizer que os critérios de atribuição no município de Coimbra a estas

freguesias foram critérios de âmbito nacional, liderados a nível nacional e é evidente que alguns casos destes que aqui foram falados, Almalaguês designadamente e Castelo Viegas, são também áreas de preocupação da Protecção Civil e é nossa intenção, no próximo ano, fazer esforço para que isso seja conseguido. É evidente também espero que a Câmara dote essas freguesias de meios para transporte desses Kit's é evidente também que vamos fazer aquilo que fizemos que é a formação desses elementos na Companhia dos Bombeiros Sapadores e os testemos como fizemos neste sábado em exercícios práticos para verificar se essas freguesias estão preparadas para dar o seu apoio que é importante nesta batalha que deve iniciar-se no dia 1 com maior incidência no mês de Julho e Agosto. Este assunto é que eu queria esclarecer."

Terminado o debate antes da Ordem do dia, o Presidente da Assembleia leu a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda à Mesa colocando-a de imediato à votação

Moção

Por uma Europa humanizada

"Os portugueses encontram-se espalhados pelos quatro cantos do Mundo. Fomos, desde há muito, e continuamos a ser, um povo de emigrantes que, como todos os outros, à falta de oportunidades e na esperança de uma vida melhor, tem procurado, noutros países, melhorar o seu futuro. Ao longo dos tempos, também do nosso concelho, partiram - e partem ainda hoje - para o estrangeiro, milhares de homens e mulheres em busca de melhores condições de vida.

O diálogo e a miscigenação dos povos têm sido uma pedra basilar da própria construção da identidade e cultura europeia. Numa Europa em crise demográfica, a imigração representa muito mais uma oportunidade do que uma ameaça. Para além do mais, não podemos aceitar como defensável uma política de fecho das portas que, para nós, sempre quisemos e continuamos a querer abertas.

Recentemente, o Parlamento Europeu aprovou a "directiva do retorno", uma directiva polémica que vem facilitar a detenção prolongada e posterior expulsão de emigrantes sem papéis. A "Comissão Nacional Justiça e Paz", referiu, e muito bem, que a Directiva *"representa um desproporcional e discriminatório atentado ao direito à liberdade"*.

Os emigrantes sem papéis que sejam detidos em solo europeu poderão passar até 18 meses em centros de detenção, enquanto a decisão judicial da expulsão não estiver pronta. Uma vez expulsos, não poderão voltar à União Europeia durante cinco anos. Os menores de 18 anos, não acompanhados, também podem ser repatriados.

Estas são as principais consequências da aprovação da "Directiva de retorno", depois de todas as propostas de emenda ao texto, no sentido de o suavizar, terem sido recusadas.

Diversas organizações de direitos humanos, associações religiosas, de apoio aos refugiados e associações de emigrantes já consideraram esta directiva "desumana", condenando, designadamente, os prazos para a detenção de imigrantes ilegais sem culpa formada e a disposição que permite a detenção e expulsão de menores não acompanhados.

Assim, a Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em 30 de Junho de 2008, valorizando a diversidade étnica e cultural, a inserção e o esforço de todos, independentemente do seu país de origem, manifesta a sua profunda discordância com a chamada “Directiva de retorno”, considerando que a mesma representa uma violenta restrição dos direitos humanos e das liberdades fundamentais dos migrantes.”

Intervenção da deputada municipal Maria Reina (Indep):

“Vou votar a favor esta moção porque subscrevo efectivamente os seus princípios. A imigração é uma realidade da União Europeia, é uma realidade do mundo, hoje em dia, é um desafio que os europeus temos, mas não é um desafio que tem de ser encarado como um problema, bem pelo contrário, nem que seja só pelas nossas questões demográficas, obviamente que nós precisamos dos emigrantes dentro de um princípio de regulação, mas também dentro de um princípio de humanismo, e de solidariedade. É por isso mesmo, até porque curiosamente este fim-de-semana por questões profissionais tive num seminário internacional sobre imigração na Eslovénia, e todos os países presentes demonstraram que tinha intenções junto dos seus governos de fazer acções políticas que de alguma forma pressionassem a alteração desta directiva comunitária, No entanto acrescentaria a esta moção já falei com os colegas da bancada do Bloco de Esquerda uma pequena adenda que passo a ler:”

Adenda apresentada pela deputada independente, Maria Reina à moção inicial. "Com base nos princípios de solidariedade e de tolerância, que estão expressos na construção desta Europa, considera-se que deverá ser lançado ao Governo, um apelo para que mantenha a sua postura perante esta directiva, não retrocedendo perante eventuais pressões, e mantenha como o afirmou, a Lei da Imigração, a qual apresenta uma base humanista.

Considera-se ainda, que deverá esta Assembleia Municipal, fazer uma recomendação à Câmara Municipal de Coimbra, para que à semelhança de outras autarquias, que têm desenvolvido e implementado boas praticas de integração, que promova em parceria com o ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, a implementação de um CLAII - Centro local de Apoio à Integração de Imigrantes"

De imediato o Presidente da Assembleia colocou à votação a moção do Bloco de Esquerda com a adenda proposta pela deputada Maria Reina.

Assim a Assembleia Municipal de Coimbra deliberou com 19 votos a favor, 14 contra e 7 abstenções aprovar esta moção.

Período da ordem do Dia

Ponto 2-Prorrogação das Medidas Preventivas-Plano de Urbanização de Lordemão:

Não havendo qualquer comentário por parte dos deputados municipais, a Assembleia Municipal de Coimbra deliberou por maioria, com 38 votos a favor e 2 abstenções sobre proposta da Câmara datada de 16de Junho último a Prorrogação das Medidas Preventivas-Plano de Urbanização de Lordemão;

Ponto 3-Coimbra Inovação Parque-Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia, Saúde, S.A. - Aumento de capital social:

Para o processo mencionado em epigrafe, e sobre a proposta da Câmara datada em 26 de Maio passado, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 38 votos a favor e 2 abstenções aprovar a proposta de Coimbra Inovação Parque-Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia, Saúde, S.A. - Aumento de capital social.

- Juízes Sociais:

Intervenção da deputada municipal Manuela (BE):

"Nós não temos nada contra aquela lista de proposta de Juízes Sociais, mas tenho algumas questões sobre o método utilizado, relativamente a dois pontos. Um deles tem a ver com primeiro foram expendidos uma série de critérios que depois não foram usados com o argumento que os candidatos era poucos. Foi estabelecido com uma grande divisão como primeiro critério foi as instituições que tinham apresentado antes e depois de um determinado prazo as suas candidaturas. É evidente que se eventualmente algumas daquelas instituições tivessem apresentado a resposta em Agosto, essas respostas não poderiam de modo nenhum ter tidas em conta, agora se são tidas não se percebe porque aquele é o primeiro critério se até depois são aceites.

Mas a questão fundamental que me parece de falha jurídica, é ter sido aceite a candidatura de um munícipe, a nível individual, tanto quanto está transcrito, a legislação, não é legítimo isso e é um precedente muito grave.

É verdade que esse candidato individual está como segundo suplente, mas isso não altera que seja uma situação problemática regularidade que responde a um precedente de alguma gravidade.

Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em minuta para efeitos imediatos aprovar a lista dos Juízes Socais.

- Concurso para concepção, construção e concessão de exploração do Complexo Funerário Municipal de Coimbra.

Intervenção da deputada municipal Manuela (BE):

"É trazido aqui à Assembleia Municipal, a hipótese de construção de um complexo funerário para cremação em Taveiro.

O Bloco de Esquerda é favorável a que haja a possibilidade de cremação, nada temos contra que seja em Taveiro é sensível a questão da localização perto da saída do auto-estrada uma vez que este equipamento não servirá apenas o concelho de Coimbra, uma vez que há poucos centros de cremação no País.

De qualquer das maneira levanta-nos algumas dúvidas, que não ficaram esclarecidas porque o abandono da hipótese da Conchada, é dito que não foi viável mas não se explica o porquê, aliás o monte da Conchada está com prédios em construção, com duas vertentes que estão a provocar fissuras e rachas nos prédios que são do bairro camarário, se calhar com alguma gravidade.

Relativamente ao Centro Funerário a questão fundamental é porque é que aquele equipamento não é de gestão municipal, aliás como os vereadores mostraram na própria reunião da Câmara, há dúvidas até que ponto isso não vai comprometer os preços que depois viram a ser praticados.

Há outras questões que tem a ver, por exemplo com as características da capela e das salas de velação. É fundamental garantir que a capela seja neutra do ponto de vista religioso, isto é, que possa ser utilizada por vários credos e até por credo nenhum, porque é o que neste momento não acontece em nenhuma sala de velório que exista na Cidade de Coimbra, as salas que

existem de velório são todas em igrejas, e nesses termos 3 salas é possivelmente pouco, justificar-se-ia mais salas, embora mantendo-se uma capela.

Outra questão teria que eventualmente que ver com a garantia que aquele sistema de cremação não fosse poluente e que inclusivamente aquela energia pudesse ser aproveitada por exemplo para aquecimento de águas para algum fim útil. Mas é uma questão de menos importância que a questão dos preços. É muito importante que qualquer protocolo que se estabeleça, garanta preços que promovam a cremação. Consultamos na página da Internet, do centro de cremação do Porto, e é dito que as taxas para cremação, incluindo urna, são metade da taxa de inumação temporária, isto é muito importante. É muito importante que a cremação não seja um sistema de luxo, mas que seja promovida, é esse o objectivo, porque daqui a pouco não há espaço para se fazer cemitérios.

Esta situação é muito importante, é preciso estabelecer um plafon que pode ser, uma vez que se vai tratar de um contrato para 20 anos, um plafon que pode ser uma fracção do subsídio de funeral, pago pela Segurança Social, qualquer coisa que esteja sempre indexado que não possa subir mais de que um determinado montante, que garanta que aquilo é promocional, é favorecido relativamente à inumação.

Acho muito importante a questão do preço, e a questão de garantir que aquele equipamento sendo municipal, ainda que eventualmente seja explorado por privados, seja neutro do ponto de vista religioso.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“A CDU votará favoravelmente esta proposta, no entanto, normalmente as propostas em pouco consolidadas aqui à Assembleia Municipal, naturalmente que haverá outros dados, haverá lugares onde poderemos consultar o caderno de encargos com maior profundidade, o que é de facto quando recebemos as propostas já é muito em cima e para mal dos nossos pecados, grande parte dos deputados tem o dia ocupado com as suas profissões.

A questão que se nos coloca, e a última intervenção foi clara, nos aspectos e perfeitamente pertinente nos aspectos essenciais, particularmente naquilo que diz respeito à concessão, em relação aos critérios a seguir indicados, quando se coloca que a proposta economicamente mais vantajosa tendo em conta, e nós vemos que o nº3 as tarifas propostas entre com coeficiente 25% para a avaliação, quer isto dizer, economicamente mais vantajoso para quem? Dúvida que vem muito na sequência da intervenção anterior, economicamente mais vantajoso para a concessionária ou para o utente? Em relação à concessão, presumo que o critério de decisão vai ser pela tarifa mais vantajosa pela mais barata. Mas isto é uma presunção, era conveniente que aqui ficasse claro que é esse o sentido.

Segunda questão esta lógica da concessão e eu percebo que vai ser feita por 20 anos, não tenho grandes dúvidas em relação ao modelo, mas temos aquela experiência interessante de um fulano antes de ir embora para arrumar o gabinete assinou um decreto para determinar que a concessão deixou de o ser, e o Casino de Lisboa passou a ser propriedade dos concessionários. Quero eu com isto dizer era conveniente que aqui ficasse claro que esta concessão é a mesma concessão que vai terminar no passar de 20 anos, e que a propriedade retorna ao proprietário inicial, que é a Câmara Municipal de Coimbra.

Era bom que, dessem já estas respostas para que nós ficássemos todos esclarecidos, para que isto ficasse devidamente assente em acta e para depois não virmos dizer que não dissemos.”

O Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer dizendo que é verdade que a interpretação está correcta em relação às duas questões, evidentemente que esta concessão acaba no fim, e depois terá de ser renegociado outro tempo de concessão, e que a vantagem é não são uma vantagem em relação à Câmara mas uma vantagem em relação ao bem utilizado, aliás se repararem bem há uma clausula especifica em relação às carências económica absolutas pela qual as pessoas têm de assumir essa obrigação.

Independentemente do que estou a dizer porque foi um cuidado que nós colocamos pode haver pessoas que não tenham suficiêcia económica, desde que tenham manifestado em vida interesse por esta solução, eles têm de assumir o encargo.”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, e sob proposta da Câmara datada do passado dia 16 de Junho, aprovar o Concurso para concepção, construção e concessão de exploração do Complexo Funerário Municipal de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

- Qualifica-proposta de adesão da CMC à Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, e sob proposta da Câmara datada do passado dia 16 de Junho, aprovar a adesão da CMC à Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

E sendo 19 horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.